

PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2026

CONTRATANTE (UASG)

(262101) – AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP-ÁGUAS

OBJETO

Contratação de serviços referentes a retirada, reparo e conformação da borda, fabricação, transporte (entrega “in loco”), instalação e testes, envolvendo as Comportas Deslizantes e as Grades Fixas de Proteção da entrada dos Descarregadores de Fundo, (margens direita e esquerda), da Barragem dos Mottas no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, no estado de São Paulo.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 833.374,79

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DO REGISTRO DE PREÇOS | 3 |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 6 |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . | 7 |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO | 10 |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 12 |
| 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 14 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 14 |
| 11. DOS RECURSOS | 14 |
| 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 15 |
| 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 18 |
| 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 19 |

AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP-ÁGUAS**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**

(Processo Administrativo nº 137.00014914/2025-79)

Torna-se público que a **AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, por meio da Divisão de Licitação e Suprimentos**, sediado a Rua Boa Vista, nº 175, 4º andar, Centro, São Paulo, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços referentes a retirada, reparo e conformação da borda, fabricação, transporte (entrega “in loco”), instalação e testes, envolvendo as Comportas Deslizantes e as Grades Fixas de Proteção da entrada dos Descarregadores de Fundo, (margens direita e esquerda), da Barragem dos Mottas no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, no estado de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,

devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Considerando o valor estimado desta licitação o objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNICAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.8.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.

7.8.2.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

7.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a executabilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não

for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10.DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11.DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico licitações@spaguas.sp.gov.br.

12.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

(1) Multa Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Multa Moratória de 0,7% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 1% (por cento) a 10% (por cento) do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): licitacoes@spaguas.sp.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet <http://www.spaguas.sp.gov.br/site/licitacoes/>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.spaguas.sp.gov.br/licitacoes.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. ANEXO III – Cópia da Portaria DAEE 5012, de 03/08/2023;

14.15.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

14.15.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.15.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;

14.15.7. ANEXO VII – Planilha orçamentária;

São Paulo, na data da assinatura digital.

CAMILA ROCHA CUNHA VIANA
Diretora-Presidente

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESP-DEP. DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAE

Termo de Referência 57/2026

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---|---------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 57/2026 | 262101-ESP-DEP. DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAE | HAILA SANTANA RAMOS | 02/04/2026 11:33 (v 0.4) |
| Status | | | |
| ASSINADO | | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | | 137.00014914/2025-79 |

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de serviços referentes a retirada, reparo e conformação da borda, fabricação, transporte (entrega “in loco”), instalação e testes, envolvendo as Comportas Deslizantes e as Grades Fixas de Proteção da entrada dos Descarregadores de Fundo, (margens direita e esquerda), da Barragem dos Mottas no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, no estado de São Paulo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|-------------------|------------------|----------------|-------------|
| 1 | Canteiro de Serviços | | | | |
| 1.1 | Instalação do Canteiro de Serviços | Unidade | 1,00 | 14.131,65 | 14.131,65 |
| 1.2 | Manutenção do Canteiro de Serviços | Mês | 4,00 | 8.243,46 | 32.973,84 |
| 1.3 | Desmobilização do Canteiro de Serviços | Unidade | 1,00 | 1.177,64 | 1.177,64 |
| 2 | Remoção das Comportas Deslizantes, Guias de Movimentação e direcionamento das Grades Fixas de Proteção | | | | |
| | | | | | |

| | | | | | |
|--------------------|---|----------------|--------|------------|----------------------|
| 2.1 | Retirada e içamento das comportas e guias | unidade | 2,00 | 38.052,20 | 76.104,40 |
| 2.2 | Retirada das grades | unidade | 2,00 | 19.026,10 | 38.052,20 |
| 3 | Fornecimento de Materiais e Acessórios | | | | |
| 3.1 | Fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de movimentação e direcionamento. | unidade | 2,00 | 202.282,67 | 404.565,34 |
| 3.2 | Fornecimento, e instalação de Grades Fixas de Proteção com os enquadramentos de fixação. | unidade | 2,00 | 70.971,73 | 141.943,46 |
| 4 | Preparação civil do local | | | | |
| 4.1 | Execução de ensecadeira de proteção, com sacos de areia, com fornecimento de areia (dimensões: base = 4,0 m, altura = 3,0 m, topo = 1,0 m, comprimento = 10,0 metros e talude de 1:0,5) | m ³ | 165,00 | 574,17 | 94.738,05 |
| 4.2 | Aplicação de argamassa à base de cimento modificada com polímeros (espessura até 3 cm) | m ² | 21,00 | 296,73 | 6.231,33 |
| 4.3 | Aplicação de argamassa tipo Dry Pack para reparos localizados | m ³ | 2,00 | 11.728,44 | 23.456,88 |
| Total Geral | | | | | R\$833.374,79 |

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 07 (sete) meses e o de execução é de 04 (quatro) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no Contrato.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP : 46853800000156-0-000001/2026

II) Data da publicação no PNCP: 17/11/2025

III) ID do item no PCA: 15

IV) Classe/Grupo: 542 - Serviços gerais de construção para obras de engenharia civil

V) Identificador da futura contratação: 262101-32/2026 - Obras de Engenharia

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 Gestão de resíduos: É essencial adotar medidas para a correta gestão dos resíduos gerados durante a execução dos serviços. Isso inclui a segregação, coleta seletiva, destinação adequada e possíveis práticas de reciclagem. A preocupação com a minimização dos resíduos e o descarte responsável contribui para a preservação do meio ambiente e a promoção da

4.1.2. Eficiência energética: Considerar critérios de eficiência energética é relevante para reduzir o consumo de energia durante a construção e o funcionamento do canteiro de obra. A utilização de sistemas e equipamentos energeticamente eficientes, a adoção de fontes de energia renováveis e a implementação de estratégias de conservação de energia são medidas que podem ser criadas para minimizar o impacto ambiental e reduzir os custos operacionais a longo prazo.

4.1.3. Uso racional da água: Estabelecer práticas que promovam o uso racional da água é crucial. Isso pode incluir a instalação de sistemas de captação e reuso da água da chuva, a utilização de equipamentos e dispositivos economizadores de água e a conscientização dos trabalhadores sobre a importância da economia desse recurso natural.

4.1.4. Responsabilidade social: Promover a responsabilidade social na execução dos serviços implica respeitar os direitos dos trabalhadores, assegurar as condições de trabalho, cumprir as normas trabalhistas e garantir a segurança e o bem-estar dos envolvidos.

4.1.5. Impacto na comunidade: Considerar o impacto da obra na comunidade local é crucial. É importante realizar um diagnóstico dos impactos socioambientais e adotar medidas para minimizá-los, além de promover o diálogo com a população atendida, buscando atender às suas necessidades e expectativas. Indicação de marcas ou modelos.

Garantia da contratação

4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.3. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado;

II - Caução em títulos da dívida pública: Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente;

III - Fiança bancária: Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Seguro-garantia: A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com a subdivisão posterior, observada a legislação que rege a matéria;

V - Título de capitalização: Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.3.1. A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

4.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 (dez) horas às 16:00 (dezesesseis) horas.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. A vistoria deverá ser agendada em até 48 horas antes da data agendada para entrega das propostas, com o **Engenheiro Rafael Mandia Grossi Canali Machado, da Assessoria Técnica de Engenharia – CD – Diretor -4 - AT da SPÁGUAS, pelo telefone (11) 3293-3776 ou por e-mail: rmachado@spaguas.sp.gov.br**. A visita deverá se realizar em até 24 horas da data de entrega das propostas.

4.8. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

Disposições Complementares

4.11. Fica ressalvada a possibilidade de alteração de condições previstas neste Termo de Referência em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais aplicáveis.

4.12. Os serviços contratados serão executados de acordo com este Termo de Referência, bem como detalhes e as especificações complementares contidas no ETP e Caderno de Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento.

4.13. Para perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA se obriga sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda a assistência técnica e administrativa necessária para garantir o andamento conveniente dos trabalhos.

4.14. A CONTRATADA deverá realizar os serviços de campo e demais levantamentos adicionais para atendimento à plena execução do objeto do contrato, sob suas expensas.

4.15. No desenvolvimento dos trabalhos e das soluções adotadas deverão sempre e, em todos os casos, serem considerados os aspectos ambientais conforme determina a legislação vigente, além das instruções específicas a serem fornecidas pela SP-ÁGUAS;

4.16. A responsabilidade pela identificação, cadastro, documentos e apresentação de solução técnica para equacionamento e remanejamento de toda e qualquer interferência é da Contratada, que deverá detalhar a metodologia de execução destas atividades.

4.17. Toda e qualquer necessidade de retrabalho oriundo do descumprimento pela Contratada, das exigências de legislação, normas e diretrizes, especificações técnicas será de inteira responsabilidade da mesma, a qualquer tempo, mesmo que as instalações tenham sido recebidas através da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.18. Pela complexidade dos serviços, a direção dos mesmos, por parte da Contratada, ficará a cargo de um engenheiro sênior, convenientemente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e auxiliado por um engenheiro pleno que prestará todos os esclarecimentos sobre o andamento dos serviços.

4.19. Todos os trabalhos a serem desenvolvidos deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes da ABNT e normais dos demais órgãos reguladores competentes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: no dia imediatamente seguinte à emissão da Ordem Início de Serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho encontram-se no Caderno de Especificações Técnicas e Critério de Medição e Pagamento, apêndice ao presente Termo de Referência.

5.1.3. Os serviços deverão ser realizados de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro apêndice ao presente Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos locais identificados no ETP, na Barragem dos Mottas, no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, no Estado de São Paulo.

5.3. Os serviços poderão ser prestados de segunda à domingo, em qualquer horário sob acordo entre Contratada e Contratante.

5.4. Os serviços contratados de acordo com sua natureza poderão sofrer descontinuidade em função de eventos climáticos.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a estabelecidas no Caderno de Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento, Medição, apêndices deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário, dentre eles:

5.5.1. Combustíveis e manutenção para os respectivos equipamentos;

5.5.2. Instalações provisórias e administração;

5.5.3. Sinalização viária e de segurança, tapumes, barreiras e elementos de comunicação visual para manutenção das condições de segurança internas e externas aos serviços;

5.6. A SP-ÁGUAS considera ainda como incluídos todos os equipamentos, materiais e insumos necessários e/ou desejáveis à perfeita execução dos serviços, mesmo que não estejam mencionados nas Caderno de Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento ou em qualquer outro documento da presente licitação.

5.7. Os equipamentos que, por qualquer motivo, forem recusados pela SP-ÁGUAS deverão, dentro de 48 horas, serem retirados e substituídos pela Contratada sem nenhum ônus adicional para a SP-ÁGUAS.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. A demanda do órgão tem como base as características especificadas no Estudo Técnico Preliminar, no Caderno de Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento, apêndices deste Termo de Referência.

5.9. A Contratada deverá comprovar, por certidão expedida por pessoa jurídica de direito público ou privado a capacidade de efetuar os serviços previstos no contrato, de acordo com critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

5.10. A Contratada deverá orientar seus profissionais a registrarem em Livro de Ocorrências todo e qualquer fato relevante ou anormalidade referente ao Contrato.

5.11. O licitante deverá encaminhar as Planilhas de Quantidades e Preços, de acordo com o modelo a ser fornecido no Edital, devidamente preenchida com os valores ofertados, para análise do Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

5.12. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado, ou declarar expressamente que conhece o local e as condições de execução do objeto, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

5.13. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.14. Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar inclusos todos os Custos Diretos (CD) e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) que se refiram ao objeto licitado, tais como: materiais e mão de obra; serviços de terceiros

aplicados ao próprio serviço ou em atividade de apoio (p.e. vigilância e transporte); margem de lucro da proponente, locações de máquinas, equipamentos ou de imóveis e instalações auxiliares ao serviço; tarifas de água, energia elétrica e telecomunicações; seguros, legal ou contratualmente exigidos; encargos sociais e trabalhistas; tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a atividade econômica ou a obra em si; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos; alojamentos e alimentação; vestuário e ferramentas; equipamentos de proteção individual e de segurança; depreciações e amortizações; despesas administrativas e de escritório; acompanhamento topográfico da obra; testes laboratoriais ou outros exigíveis por norma técnica, entre outros.

5.15. Antes de expirar a validade original da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar à proponente que declare a sua intenção de prorrogar o prazo previsto no item 5.13 . As respostas se farão por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

5.16. Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

5.17. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e nos seus anexos.

5.18. O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

5.19. Deverá o Licitante declarar que disporá, na data da contratação, de equipe técnica especializada e disponível, bem como as máquinas e/ou equipamentos necessários à execução do objeto licitado.

5.20. A Contratada deverá seguir as disposições contidas na NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, inclusive a elaboração e o cumprimento do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros dispositivos complementares de segurança, de acordo com o estabelecido no Caderno de Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento.

5.21. Todos os trabalhos a serem desenvolvidos pela Contratada deverão estar de acordo com as normas técnicas vigentes da ABNT e normais dos demais órgãos reguladores competentes.

Especificação da garantia do serviço

5.22. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nos termos da legislação aplicável.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.23. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas.

5.24. A contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações.

5.25. A contratada deverá designar profissional capacitado para esclarecer eventuais dúvidas e repassar a rotina do serviço para a nova empresa, assim como para acompanhar a nova empresa em vistoria das dependências sob sua responsabilidade, quando for necessário.

5.26. A contratada deverá estabelecer cronograma em conjunto com a nova empresa para o dia da transição, para que não haja descontinuidade do serviço.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico - financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso I do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Caderno de Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento, apêndice deste Termo de Referência.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do Recebimento

7.2. Os serviços executados serão objeto de medição mensal, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro. A Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.2. A Contratada também apresentará, a cada medição:

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLOR/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.2.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas na subdivisão anterior, quando o caso.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 25 (vinte e cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.3.4 .O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.3.9 O recebimento provisório ficará condicionado à conclusão dos testes de campo e à entrega dos Manuais, Instruções e Databook Técnico das comportas, contendo as informações necessárias à montagem, operação, manutenção e identificação dos componentes.

7.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VI);

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.5.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético - profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. O Contratante exigirá da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) resultados dos testes operacionais das instalações realizadas;
- c) comunicado de conclusão dos serviços para emissão dos Recebimentos Provisório e consequentemente o Definitivo

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.2.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção de critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global conforme valor estimado da licitação, e os custos unitários relevantes, observando-se:

8.3.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração (integrante da documentação que compõe a presente contratação), para efeito de avaliação de exequibilidade;

8.3.2 Para o objeto, o critério de aceitabilidade de cada um dos preços propostos será o de compatibilidade com os preços dos insumos e salários de mercado e com os coeficientes de produtividade coerentes com a execução do objeto ora licitado.

8.3.3 Os valores dos subitens que compõem o canteiro de serviços não poderão ultrapassar os valores máximos estabelecidos na Planilha de Quantidades e Preços da Licitante, obedecendo os percentuais indicados no Caderno de Preços do DER(anexo X), em consonância com os preços da proposta ofertada da Licitante.

Sendo os percentuais:

- Instalação do Canteiro de Serviços (máx. 1,80%);
- Manutenção do Canteiro de Serviços (max. 1,050%);
- Desmobilização do Canteiro de Serviços (máx 0,150%).

8.3.4 É prerrogativa do Pregoeiro a faculdade de, a qualquer tempo, solicitar aos Licitantes - sempre através de e-mail ou Ofício – a composição de preços de serviços e/ou preços de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

8.3.5 O solicitado pela Pregoeiro deverá ser apresentado em prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento pelo Licitante de comunicação nesse sentido. Nessa oportunidade o Licitante deverá demonstrar a exequibilidade desses preços por meio de suas composições e respectivas justificativas técnicas que comprovem que os preços dos insumos e salários são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto ora licitado.

8.3.6 A não apresentação da documentação no prazo estabelecido, acarretará a automática desclassificação da Proposta do Licitante.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

8.8. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou

estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital nos termos da lei complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre bens e serviços - IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.24.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.24.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Certidão de visita técnica, emitida pela SP-ÁGUAS, de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.26.1. A certidão acima, no caso de o Licitante dispensar a realização de visita prévia, poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.27. Registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da região da sua sede, em plena validade;

8.27.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.28. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

a) Para o Engenheiro Civil ou Eletromecânico: serviços de:

a.1. Instalação de comportas deslizantes de dimensões mínimas 2,50m x 1,50m;

a.2. Instalação de grades fixas de proteção com enquadramento de fixação com dimensões mínimas de 8,00 m x 6,00 m;

a.3. Execução de Enscadeira de Proteção com sacos de areia.

8.28.1 O(s) profissional(is) indicado(s) na forma da subdivisão acima deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.28.2. Por ocasião do início da execução do contrato, a comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior poderá se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços, ou, no caso de sócio(s), de cópia do contrato social atualizado.

8.29 Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.29.1 Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.29.2 Retirada, fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de direcionamento e movimentação na quantidade mínima de (01) uma unidade, com dimensões mínimas de 2,50 m x 1,50 m;

8.29.3 Retirada, fornecimento e instalação de grades fixas de proteção da entrada dos descarregadores de fundo, com enquadramento de fixação na quantidade mínima de (01) uma unidade, com dimensões mínimas de 8,00 m x 6,00 m;

8.29.4 Execução de Enscadeira de Proteção com sacos de areia na quantidade mínima total de 82,5m³.

8.29.5 Os quantitativos exigidos correspondem a 50% da estimativa de contratação;

8.29.6 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.29.7 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.29.8 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.30 Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

f) que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, da mão de obra, dos materiais e dos equipamentos necessários ao início da execução dos serviços.

g) de disponibilidade de veículos, equipamentos, instalações e pessoal técnico especializado.

8.31 Tratando-se de consórcio:

8.31.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.31.2 O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

8.31.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.31.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.32 Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.32.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.32.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.32.3 Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.32.4 Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.32.5 Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.32.6 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.32.7 Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do valor da contratação

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 833.374,79 (Oitocentos e trinta e três mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na Planilha de Quantidades e Preços. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#), c/c a [Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022](#), e o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

10. Adequação orçamentária

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2 No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 26050;
- II) Fonte de Recursos: 150010001;
- III) Programa de Trabalho: 18.544.2622.1021.0000;
- IV) Elemento de Despesa: 449051-30;
- V) Plano Interno: Não tem;

10.3 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO

Chefe de Assessoria



Assinou eletronicamente em 02/04/2026 às 11:33:56.

ESP-DEP. DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAE

Estudo Técnico Preliminar 43/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 137.00014914/2025-79

2. Legislação Aplicável

- Lei Federal nº 14.133, de 01/4/2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Decreto Estadual nº 68.017, de 11/10/2023, dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares – ETP para a aquisição de bens e a contratação de serviços;
- Lei Estadual nº 7.663 de 30/12/1991, estabelece normas de orientação À Política Estadual de Recursos Hídricos, tem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos; dúvida
- Lei Federal nº 12.334 de 20/10/2010, estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, destinada à acumulação de água para quaisquer usos; e
- Lei Federal nº 14.066 de 30/09/2020, altera a Lei Federal nº 12.334/2010 – PNSB.

3. Descrição da necessidade

Serviços referentes a retirada, reparo e conformação da borda, fabricação, transporte (entrega “*in loco*”), instalação e testes, envolvendo as Comportas Deslizantes e as Grades Fixas de Proteção da entrada dos Descarregadores de Fundo, (margens direita e esquerda), da Barragem dos Mottas no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida no Estado de São Paulo.

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Diante desse cenário, o presente documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar - ETP que visa assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida para serviços referentes a retirada, reparo e conformação da borda, fabricação, transporte (entrega “*in loco*”), instalação e testes, envolvendo as Comportas Deslizantes e as Grades Fixas de Proteção da entrada dos Descarregadores de Fundo, (margens direita e esquerda), da Barragem dos Mottas no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, no Estado de São Paulo, e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência e/ou Memorial Descritivo e/ou Caderno de Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento, e/ou Projeto Básico, conforme o caso.

Inicialmente, destaca-se que a Agência de Águas do Estado de São Paulo – SP-ÁGUAS é uma Agência vinculada à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL, e é o atual gestor dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Para melhor desenvolver suas atividades e exercer suas atribuições conferidas por lei, atua de modo descentralizado, adotando as Bacias Hidrográficas como unidade físico – territorial para fins de gerenciamento dos Recursos Hídricos, em especial na aplicação dos instrumentos da Política Estadual, definidos nos artigos 9º ao 13 da

Lei 7.663/1991, que são a Outorga e a Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos. A SP-ÁGUAS também atua na elaboração de Planos, Estudos e Projetos, e coordena os serviços de desassoreamento e drenagem, visando a segurança hídrica e a defesa contra eventos hidrológicos críticos, como enchentes e estiagens.

De acordo com inciso I do artigo 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1/4/2021, que regulamenta as Licitações e Contratos Administrativos, e o Decreto Estadual nº 68.017, de 11/10/2023, torna-se imperativa a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP) como primeira etapa do processo de planejamento da contratação pública que se pretende realizar, que tem como objetivo principal embasar a elaboração do Termo de Referência e/ou Memoriais Descritivos e/ou Caderno de Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento e/ou Projeto Básico, documentos estes considerados fundamentais para o procedimento licitatório.

O presente Estudo Técnico Preliminar - ETP tem a premissa de estabelecer as condições necessárias para a contratação de empresa para retirada, fornecimento, instalação e testes de novas comportas deslizantes, com seu sistema de acionamento manual, guias para direcionamento e movimentação das grades fixas de proteção da entrada dos descarregadores de fundo, (margens direita e esquerda), em substituição as existentes na Barragem dos Mottas, no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, no Estado de São Paulo, abrangendo atividades de fornecimento, transporte e instalação dos novos equipamentos bem como a desmontagem e retirada dos equipamentos existentes, com a execução e posterior remoção de uma ensecadeira de proteção para a execução dos serviços, tudo em conformidade com as licenças ambientais aplicáveis.

A Barragem dos Mottas foi projetada para atenuar riscos de alagamentos em determinadas áreas do município de Guaratinguetá, o então DAEE, hoje SP-ÁGUAS, construiu e colocou em operação no ano de 1966 uma barragem de concreto a cerca de 8 km a montante da cidade, criando um reservatório com capacidade suficiente para amortecer os picos das maiores enchentes do ribeirão dos Mottas.

A Barragem encontra-se implantada no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, no Estado de São Paulo, nas coordenadas geográficas de referência Datum SIRGAS 2000: 22° 53.257' de Latitude Sul e 45 13.136' de Longitude Oeste. O acesso é feito a partir da saída 65 da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, próximo ao posto da Polícia Rodoviária Federal, acessando a Av. Getúlio Vargas até virar à direita na Rua Vicente Pasin, onde deve-se virar novamente à direita na Rua Padre Gebardo até a Rua Maria Augusto Lina Reis, virando-se à direita na Rua Tamandaré. Após acessar a Rua Tamandaré, deve-se seguir por aproximadamente 3 km até a via de acesso à barragem dos Mottas.

A figura a seguir ilustra o caminho até o local da Barragem.

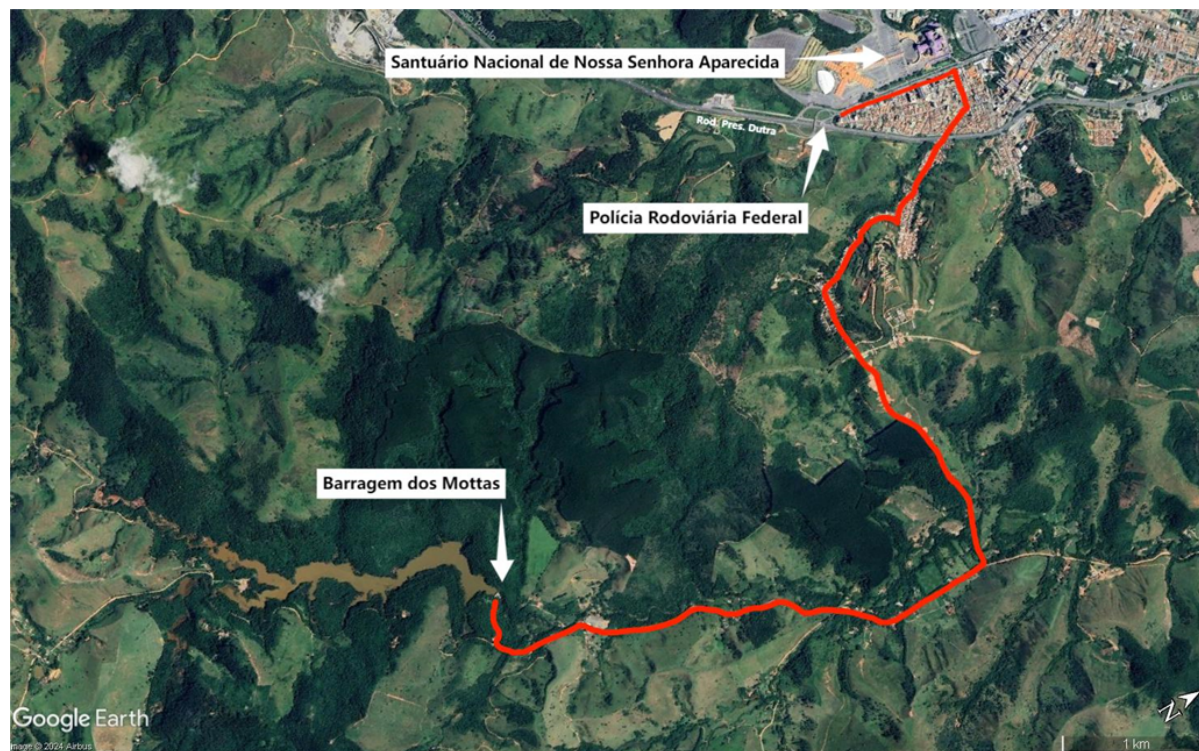


Figura 1 - Como chegar à Barragem dos Mottas.

Formada pelos ribeirões Bonfim e Mottas, a Barragem dos Mottas está localizada em uma área rural no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, pertencente a SP-ÁGUAS.

A situação da Barragem está gerando preocupações crescentes entre os residentes e autoridades locais, pois questões relacionadas à manutenção do sistema de comportas e grades de proteção, que é essencial para a eficiência na gestão das águas e para a redução dos riscos associados ao mau funcionamento dessas estruturas em emergências.

Com base no Relatório da Inspeção de Segurança Especial (RISE), número 2024-06-ISE-RT-001, que teve como objetivo avaliar as condições geológico-geotécnicas e estruturais do Barramento e suas estruturas associadas, após as chuvas excepcionais ocorridas na primeira quinzena do mês de abril/2024, identificando e monitorando, quando existentes, anomalias que possam afetar potencialmente a segurança da Barragem, foi constatado que as instalações da Barragem demandam melhorias significativas na conservação e manutenção.

A Barragem possui a sua classificação no SNISB – Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens em Nível Médio, quanto a Categoria de Risco (CRI), e Nível Alto em relação ao Dano Potencial Associado (DPA), portanto, Categoria B.

Por isso, é de suma importância realizar a troca dos equipamentos de regulação e proteção contra enchentes, na Barragem dos Mottas, a fim de garantir a segurança e a eficiência dessa infraestrutura tão fundamental, bem como para atenuar os eventos de enchentes nas localidades que dela dependem.

A figura abaixo mostra, em vista aérea, a localização da Barragem no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, no Estado de São Paulo, bem como a localização da cidade de Guaratinguetá que fica a cerca de 8 km da referida Barragem.

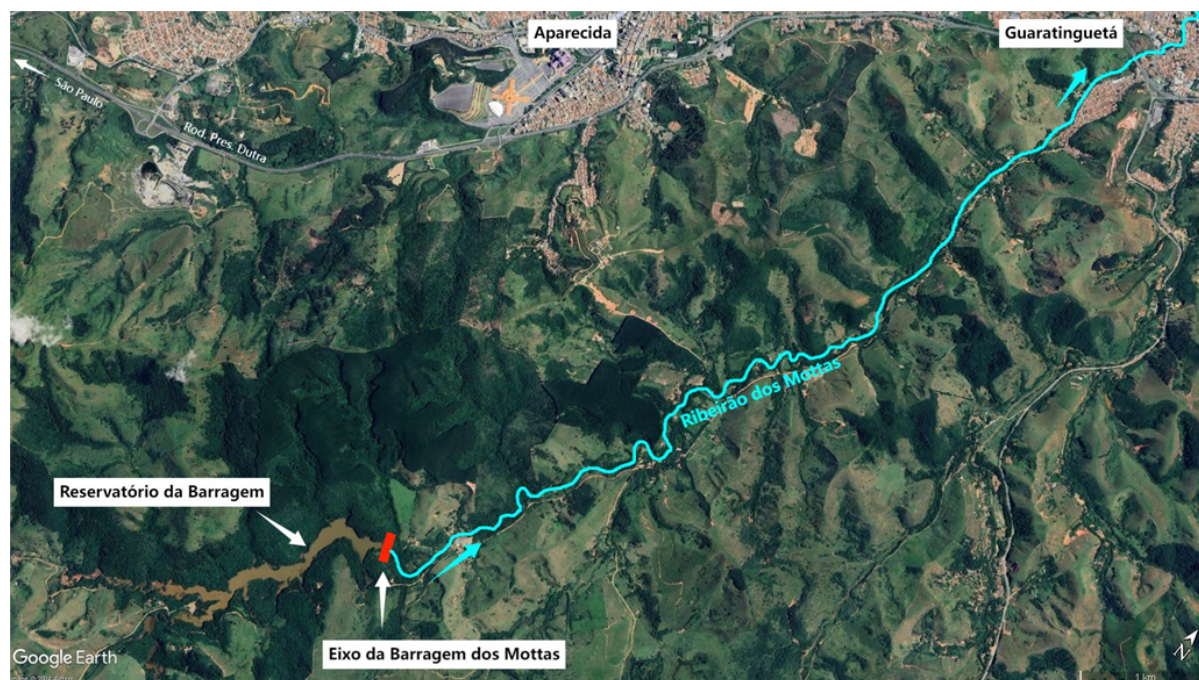


Figura 2 - Localização da Barragem no curso do Ribeirão dos Mottas.

Dentre os serviços previstos na presente contratação, estão:

- **Instalação, manutenção e desmobilização de um canteiro de serviços;**
- **Execução e remoção de enscadeira de proteção, em sacos de areia, em cada lado do barramento, junto a entrada dos descarregadores de fundo, margens direita e esquerda;**
- **Retirada das grades fixas de proteção dos descarregadores de fundo, margens direita e esquerda;**

- Retirada das guias de direcionamento e movimentação das comportas deslizantes, margens direita e esquerda;
- Fornecimento, transporte (entrega “*in loco*”) e instalação de duas grades fixas de proteção dos descarregadores de fundo, margens direita e esquerda, com os devidos quadros de fixação;
- Fornecimento, transporte (entrega “*in loco*”), instalação e testes de duas comportas deslizantes com as devidas guias de direcionamento e movimentação e os respectivos conjuntos de acionamento manual.

Assim, ao longo deste documento, serão apresentados os resultados de análise de viabilidade técnica, econômica e de gerenciamento de riscos, de modo a garantir que a futura contratação atenderá de maneira eficaz e eficiente às necessidades da Administração Pública, e o interesse público.

4. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|--|-------------------------------------|
| Assessoria Técnica de Engenharia - CD - Diretor - 4 - AT | Rafael Mandia Grossi Canali Machado |

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços detalhados no presente ETP estão enquadrados como serviços comuns de engenharia, que são definidos na alínea “a” do inciso XXI do artigo 6º, da Lei 14.133/2021, como:

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões *caput* de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens; (...)

Da mesma forma, e utilizando a mesma legislação, podemos enquadrar os serviços pretendidos, no regime de execução de empreitada por preço unitário, nos termos definidos no inciso I do artigo 46. Esse regime, é utilizado quando os quantitativos não podem ser estabelecidos com uma maior precisão quando da elaboração do projeto básico. Além disso, o pagamento será realizado apenas pelos serviços efetivamente executados.

A contratação deverá ser realizada na modalidade de Pregão eletrônico, com vigência contratual de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro, prevendo prazos e conclusão dos serviços, contatos a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços.

Os serviços previstos neste ETP deverão ser prestados por empresa especializada no ramo de engenharia, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e Termo de Referência e/ou Caderno de Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento e/ou Projeto Básico.

Poderão participar do processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, e que estejam regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho.

A Contratada deve ser empresa especializada em fabricação, fornecimento, montagem e manutenção de mecanismos de comportas deslizantes e grades fixas de proteção, garantindo o controle eficiente do fluxo de água e a prevenção de falhas operacionais, além de assegurar a conformidade com as licenças ambientais vigentes, em observância às normas aplicáveis, de modo a reduzir impactos e promover a sustentabilidade das intervenções.

Para fins da comprovação da capacidade técnico operacional, os interessados deverão apresentar atestados referentes aos contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Retirada, fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de direcionamento e movimentação na quantidade mínima de (01) uma unidade, com dimensões mínimas de 2,50 m x 1,50 m;
- Retirada, fornecimento e instalação de grades fixas de proteção da entrada dos descarregadores de fundo, com enquadramento de fixação na quantidade mínima de (01) uma unidade, com dimensões mínimas de 8,00 m x 6,00 m;
- Execução de Ensecadeira de Proteção com sacos de areia na quantidade mínima total de 82,5m³.

Para fins da comprovação da capacidade técnico profissional os interessados deverão apresentar atestados referentes aos contratos executados com as seguintes características mínimas:

- Instalação de comportas deslizantes de dimensões mínimas 2,50m x 1,50m;
- Instalação de grades fixas de proteção com enquadramento de fixação com dimensões mínimas de 8,00 m x 6,00 m;
- Execução de Ensecadeira de Proteção com sacos de areia.

Ainda, para o êxito da presente contratação e execução dos serviços, e sem prejuízo das disposições que deverão constar do Edital e do Contrato, serão observados os seguintes critérios:

1. Realização de processo licitatório para contratação de empresa para execução dos serviços, dentro dos moldes legais, na modalidade Pregão Eletrônico;
2. Definição do local de execução dos serviços, mediante vistoria "in loco", conforme relatórios, podendo ser substituída por uma declaração de conhecimento;
3. Prazo de vigência contratual de 7 (sete) meses e prazo de execução de 4 (quatro) meses, contados a partir da emissão Ordem de Início dos Serviço;
4. Definição dos equipamentos, materiais e insumos a serem aplicados, de acordo com as determinações das Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento;
5. Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes, e Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento;
6. Definição do prazo de execução, conforme Cronograma Físico-Financeiro;
7. Definição das unidades de medida para quantificação dos serviços e delimitação dos preços unitários, conforme Planilha de Quantidades e Preços;
8. Definição quanto a admissão de subcontratação parcial do objeto, vedando-se a subcontratação completa ou de parcela principal do objeto da contratação e limitada a 30% do valor da contratação.
9. O maior detalhamento das regras para subcontratação, que serão definidas no Termo de Referência e/ou Contrato;
10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor da SP-ÁGUAS designado para esse fim, nos termos a serem estabelecidos no Edital;
11. Para aqueles licitantes que optarem por não realizar a vistoria, deverão prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, destacando que a não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
12. O preço apresentado pelo Licitante deverá contemplar todos os Custos Diretos (CD) e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) que se refiram ao objeto licitado, tais como: materiais e mão de obra; serviços de terceiros aplicados ao serviço ou em atividade de apoio (p.e. vigilância e transporte); margem de lucro da proponente, locações de máquinas, equipamentos ou de imóveis e instalações auxiliares à obra; tarifas de água, energia elétrica e telecomunicações; seguros, legal ou contratualmente exigidos; encargos sociais e trabalhistas; tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a atividade econômica ou ao serviço em si; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos; alojamentos e alimentação; vestuário e ferramentas; equipamentos de proteção individual e de segurança; depreciações e amortizações; despesas administrativas e de escritório; acompanhamento topográfico da obra; testes laboratoriais ou outros exigíveis por norma técnica, entre outros.

13. A futura Contratada deverá fornecer as máquinas e equipamentos abastecidos, inclusive energia supletiva (grupo gerador), caso necessário, com operadores devidamente habilitados e com os equipamentos de proteção necessários.
14. A futura Contratada deverá arcar com os custos de deslocamento das máquinas, equipamentos e funcionários até o local da prestação de serviço, e apresentar as máquinas e os equipamentos em boas condições de uso. As despesas decorrentes da manutenção, lubrificantes, operador e qualquer outro que afete a operação, serão de responsabilidade do Contratado;
15. A futura Contratada deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que serão executados, não arcando a SP-ÁGUAS com quaisquer ônus em caso de acidente;
16. O custo de mobilização, desmobilização, alimentação e transporte dos operadores dos equipamentos, combustível, seguros e todos os demais custos/encargos envolvidos na realização do serviço estão a cargo da futura Contratada; ou seja, na proposta de preço deverá compreender todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais e mão-de-obra necessários para a prestação de serviços;
17. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5%, cujas condições deverão estar previstas no Edital e nas cláusulas do contrato;
18. Os serviços que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados de acordo com a solicitação da SP-ÁGUAS, mediante a celebração do correspondente Contrato, e expedição da ordem para início dos serviços.
19. A futura Contratada deverá estar com as equipes e equipamentos disponíveis no período contratado, conforme a necessidade e as condições contratuais;
20. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor e/ou fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, quando for o caso, os quais serão indicados, por meio de Portaria, ou documento equivalente;
21. A futura Contratada dará início a execução contratual, dentro do prazo máxima estipulado nos documentos do processo, contados a partir da data da expedição da ordem de serviço, salvo hipótese de justificativa plausível para ampliação deste prazo, devidamente formalizada e aceita pelo Gestor e/ou Fiscais do contrato;
22. Os serviços serão prestados seguindo o Cronograma Físico-Financeiro definido, contemplando as etapas de execução e os respectivos desembolsos/pagamentos;
23. Os pagamentos serão precedidos das correspondentes medições, e somente serão efetuados quando os serviços forem efetivamente concluídos e atestados pelo Gestor e/ou fiscais do Contrato;
24. As medições deverão vir acompanhadas de memórias de cálculo, documentos elucidativos., e, em caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira, comprovar a procedência desses produtos, mediante a apresentação de documentos a serem indicados no Termo de Referência e/ou Memoriais Descritivos e/ou nos Cadernos de Especificações técnicas e Critérios de Medição e Pagamento.
25. A futura Contratada deverá ainda, dar pleno cumprimento ao disposto na Lei nº 12.684, de 26/7/2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto em sua composição.
26. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental, se aplicável:
 - Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
 - Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
 - Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, a ser disciplinado no Termo de Referência e/ou Memoriais Descritivos e/ou Caderno de Especificações Técnicas e Critérios de Medição e Pagamento e/ou Projeto Básico, em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento.

27. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a Futura Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada;

28. A SP-ÁGUAS, ao final da execução do contrato, realizará os recebimentos provisório e definitivo do objeto, de acordo com o Caderno de Especificações

6. Levantamento de Mercado

No orçamento estimado de referência da SP-ÁGUAS foram considerados os seguintes elementos:

Para as comportas deslizantes, foram avaliadas diferentes soluções construtivas, incluindo modelos em aço carbono com proteção anticorrosiva e em aço inoxidável. Também foi analisada a possibilidade de reforma das duas comportas existentes, contudo, a alternativa mostrou-se inviável sob os aspectos técnico e econômico, em razão do avançado estado de deterioração. Definiu-se, portanto, como referência a adoção de comportas em aço inoxidável ou material compatível aprovado pela fiscalização, com conjunto de guias e acionamento manual, assegurando maior durabilidade, vedação eficiente e confiabilidade operacional.

No caso das grades fixas de proteção dos descarregadores de fundo, as cotações de mercado abrangeram alternativas em aço carbono galvanizado e estruturas similares às existentes. Considerou-se como referência a solução em aço carbono com galvanização a fogo, dimensões compatíveis ao arranjo da barragem e enquadramentos de fixação, assegurando resistência mecânica, proteção anticorrosiva e facilidade de montagem em campo.

Para as ensecadeiras de proteção, optou-se pelo uso de sacos de nylon não tecidos, preenchidos com areia, costurados com cordoalha. A adoção desta solução visa viabilizar com segurança os serviços de instalação das grades fixas de proteção e das guias de direcionamento e movimentação das comportas deslizantes, bem como reparos locais, garantindo estabilidade e condições temporárias, facilidade de execução e posterior remoção sem impactos permanentes.

O BDI considerado foi de **28,00%**, já incorporado nos preços unitários de referência, oriundos do Banco de Preços SABESP atualizado, cuja composição está exposta abaixo. O demonstrativo de cálculo de Benefícios e Despesas Indiretas (**ANEXO VIII**), foi extraído deste documento referencial. A alíquota de ISSQN a ser adotada na composição do Orçamento a ser proposto deverá ser igual à que será efetivamente cobrada pelos Municípios onde serão efetivamente executados os serviços correspondentes ao objeto deste TR. No caso de a alíquota de ISSQN considerada no BDI ser superior à alíquota efetivamente cobrada pelos Municípios, a SP-ÁGUAS se reserva o direito de realizar estornos na medição, de formar a equalizar o total remunerado referente ao ISSQN ao total efetivamente recolhido aos Municípios.

Abaixo quadro resumo do cálculo da composição do BDI:



DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO BDI

LUCROS E DESPESAS INDIRETAS - BDI

| ITEM | Descrição dos encargos | Índices para banco de preços de obras e serviços de engenharia |
|---|--|--|
| 1. Despesas Indiretas | | |
| 1.1 | Administração Central | 10,15% |
| 1.2 | Consultoria | |
| 1.3 | Despesas com licitações | |
| 1.4 | Encargos financeiros, seguros, cauções | |
| Subtotal das despesas indiretas | | 10,15% |
| 2. Impostos e tributos | | |
| 2.1 | PIS | 0,65% |
| 2.2 | COFINS | 3,00% |
| 2.3 | ISS | 2,97% |
| Subtotal das despesas indiretas | | 6,62% |
| 3. Lucratividade | | |
| 3.1 | Lucratividade | 8,57% |
| Subtotal das despesas indiretas | | 8,57% |
| Fórmula : $BDI = (1+DI) \times (1+L)/(1-I)$, onde: | | |
| BDI | Lucratividade e Despesas Indiretas | |
| DI | Despesas indiretas | |
| L | Lucratividade | |
| I | Impostos e Tributos | |
| TOTAL | | 1,2807 |
| BDI Adotado (%) | | 28% |

A pesquisa de mercado para estimar o valor da contratação e das composições de preços unitários elaborados pela SP-ÁGUAS, foi realizada nos moldes do § 1º, inciso III do artigo 23 da Lei 14.133/2021 e inciso III do artigo 3º do Decreto Estadual nº 67.888, de 17/8/2023, utilizando-se de dados de pesquisa de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal ou Estadual: SABESP, atualizada no momento da pesquisa e compreendida no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência para elaboração do presente ETP, ou seja, com data base de Jan /2026.

Abaixo retratamos a Planilha de Quantidades e Preços:



SECRETARIA MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGISTICA
AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Boa Vista, 170/175 – Telefone 3293-8200/3293-8201 – CEP 01014-000 – São Paulo-SP
www.spaguas.sp.gov.br



Serviços referentes a retirada, reparo e preparação da borda, fabricação, transporte (entrega in loco), instalação e testes, envolvendo as Comportas e as Grades da Barragem dos Mottas no Município de Aparecida - SP

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | Preço Unitário (com BDI) | Preço Total - R\$ |
|----------|--|---------|------------|--------------------------|-----------------------|
| 1 | Canteiro de Serviços | | | | |
| 1.1 | Instalação do Canteiro de Serviços (máx. 1,80%) | unidade | 1,00 | 14.131,65 | 14.131,65 |
| 1.2 | Manutenção do Canteiro de Serviços (máx. 1,050%) | mês | 4,00 | 8.243,46 | 32.973,84 |
| 1.3 | Desmobilização do Canteiro de Serviços (máx 0,150%) | unidade | 1,00 | 1.177,64 | 1.177,64 |
| | | | | subtotal 1 | 48.283,13 |
| 2 | Remoção das Comportas Deslizantes, Guias de Movimentação e direcionamento das Grades Fixas de Proteção | | | | |
| 2.1 | Retirada e içamento das Comportas e guias | unidade | 2,00 | 38.052,20 | 76.104,40 |
| 2.2 | Retirada das Grades | unidade | 2,00 | 19.026,10 | 38.052,20 |
| | | | | subtotal 2 | 114.156,60 |
| 3 | Fornecimento de Materiais e Acessórios | | | | |
| 3.1 | Fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de movimentação e direcionamento. | unidade | 2,00 | 202.282,67 | 404.565,34 |
| 3.2 | Fornecimento, e instalação de Grades Fixas de Proteção com os enquadramentos de fixação | unidade | 2,00 | 70.971,73 | 141.943,46 |
| | | | | subtotal 3 | 546.508,80 |
| 4 | Preparação civil do local | | | | |
| 4.1 | Execução de enscadeira de proteção, com sacos de areia, com fornecimento de areia (dimensões: base = 4,0 m, altura = 3,0 m, topo = 1,0 m, comprimento = 10,0 metros e talude de 1:0,5) | m³ | 165,00 | 574,17 | 94.738,05 |
| 4.2 | Aplicação de argamassa à base de cimento modificada com polímeros (espessura até 3 cm) | m² | 21,00 | 296,73 | 6.231,33 |
| 4.3 | Aplicação de argamassa tipo Dry Pack para reparos localizados | m³ | 2,00 | 11.728,44 | 23.456,88 |
| | | | | subtotal 4 | 124.426,26 |
| | | | | TOTAL | R\$ 833.374,79 |

7. Descrição da solução como um todo

Os serviços na Barragem dos Mottas foram estabelecidos com base no Relatório da Inspeção de Segurança Especial (RISE), número 2024-06-ISE-RT-001 e no Plano de Segurança de Barragem (PSB), que visam o cumprimento de uma série de medidas a serem adotadas com relação a conservação da barragem, identificando e monitorando, quando existentes, anomalias que possam afetar potencialmente a segurança da Barragem.

A Barragem foi construída pelo então DAEE, hoje SP-ÁGUAS, para reduzir alagamentos em determinadas áreas do município de Guaratinguetá, criando um reservatório com capacidade suficiente para amortecer os picos de cheias no Ribeirão dos Mottas, onde a área do reservatório fica inundada apenas esporadicamente e por curtos espaços de tempo, dependendo da magnitude e frequência das enchentes.

Diante disso, é necessário a execução de serviços para conservação da barragem, os quais deverão ser realizadas atividades de substituição das comportas deslizantes e grades fixas de proteção dos descarregadores de fundo da Barragem, ora pleiteadas na contratação em tela. As responsabilidades serão atribuídas claramente e os procedimentos de monitoramento serão estabelecidos com indicadores de desempenho para avaliar o progresso. Estratégias de contingência serão incluídas para lidar com imprevistos, e toda a documentação e relatórios necessários serão descritos para assegurar a transparência e conformidade com as normas de segurança.

A infraestrutura operacional da Barragem, que já foi inspecionada e teve suas anomalias levantadas, deverá ser submetida, em uma oportunidade futura, a reparos e atualizações conforme necessários para garantir que todos os sistemas e equipamentos estejam funcionando de forma eficaz e segura. As tarefas adotadas na oportunidade aqui pleiteada como solução à conservação da barragem serão:

- O acionamento dos descarregadores de fundo, que já foi testado e teve suas falhas identificadas, será ajustado para assegurar que os mecanismos de controle de fluxo de água estejam funcionando corretamente.

- As comportas deslizantes dos descarregadores de fundo, cuja inspeção inicial já revelou falhas, serão trocadas para garantir que estejam operando sem problemas e que possam ser acionadas de forma eficiente em emergências ou operação normal.
- Por fim, a boca de entrada dos descarregadores de fundo, onde foram identificadas obstruções ou danos, será limpa e reparada com a substituição por novas grades fixas de proteção para assegurar que o fluxo de água não seja comprometido.
- Com base nesta metodologia abrangente, que se apoia nas anomalias já identificadas, a intervenção na Barragem dos Mottas busca garantir a segurança, a eficiência operacional e a sustentabilidade da barragem, beneficiando diretamente a população local e contribuindo para o segurança da região.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para garantir a segurança e funcionalidade da Barragem dos Mottas, as estimativas de quantidades, podem ser visualizadas na tabela abaixo:

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade |
|----------|--|---------|------------|
| 1 | Canteiro de Serviços | | |
| 1.1 | Instalação do Canteiro de Serviços (máx. 1,80%) | unidade | 1,00 |
| 1.2 | Manutenção do Canteiro de Serviços (max 1,050%) | mês | 4,00 |
| 1.3 | Desmobilização do Canteiro de Serviços (máx0,150%) | unidade | 1,00 |
| 2 | Remoção das Comportas Deslizantes, Guias de Movimentação e direcionamento das Grades Fixas de Proteção | | |
| 2.1 | Retirada e lçamento das Comportas e guias | unidade | 2,00 |
| 2.2 | Retirada das Grades | unidade | 2,00 |
| 3 | Fornecimento de Materiais e Acessórios | | |
| 3.1 | Fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de movimentação e direcionamento. | unidade | 2,00 |
| 3.2 | Fornecimento, e instalação de Grades Fixas de Proteção com os enquadramentos de fixação | unidade | 2,00 |
| 4 | Preparação civil do local | | |
| 4.1 | Execução de enscadeira de proteção, com sacos de areia, com fornecimento de areia (dimensões: base = 4,0 m, altura = 3,0 m, topo = 1,0 m, comprimento = 10,0 metros e talude de 1:0,5) | m³ | 165,00 |
| 4.2 | Aplicação de argamassa à base de cimento modificada com polímeros (espessura até 3 cm) | m² | 21,00 |
| 4.3 | Aplicação de argamassa tipo DryPack para reparos localizados | m³ | 2,00 |
| | | | |
| | | | |

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 833.374,79

Estima-se para a presente contratação o valor de R\$ 833.374,79 (Oitocentos e trinta e três mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e nove centavos.), considerando-se o percentual de 28,00% (vinte e oito inteiros) de BDI.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme o inciso VIII do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, a contratação deve ser dividida em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação.

Dessa forma, a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

No caso em estudo, não se vislumbra motivações para a adoção do parcelamento para o objeto pretendido, na medida em que não é técnica e economicamente viável sua divisão. O agrupamento de itens justifica-se na medida em que o objeto será adjudicado a uma única empresa ou consórcio, pretendendo-se assim atrair o interesse do mercado, ampliando a competitividade, e aumentando a economia de escala; reduzindo custos fixos para empresa vencedora de forma que impacte no valor a ser ofertado à Administração Pública; reduzindo custos administrativos para Administração Pública, com redução na quantidade de servidores empregados na gestão e fiscalização do Contrato; melhorando o controle sobre a execução contratual; e evitando conflito de responsabilidade sobre o serviço realizado.

Outrossim, uma vez que os atestados de capacidade técnica a serem exigidos na licitação requerem que as empresas comprovem maior expertise e desempenho na execução das atividades, estar-se-á respeitando a busca de empresa que detenha adequado nível de especialização para execução do grupo de maior representatividade no orçamento. Portanto, entende-se que os serviços contemplados neste estudo, deverão ser executados sob responsabilidade técnica de uma mesma empresa, cujas etapas de execução são interligadas entre si e não de forma isolada. Sendo assim não se comprova no caso em tela, pelas medidas adotadas pela administração que técnica e economicamente viável na vantajosidade de tal parcelamento.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Pela natureza do objeto não haverá necessidade da contratação correlata e/ou interdependente, estando contemplado no presente estudo todas as atividades que deverão ser executados pela futura Contratada.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP : 46853800000156-0-000001/2026
II) Data da publicação no PNCP : 17/11/2025
III) ID do item no PCA: 15
IV) Classe/Grupo: 542 - Serviços gerais de construção para obras de engenharia civil
V) Identificador da futura contratação: 262101-32/2026 - Obras de Engenharia

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Como resultado, é esperada a melhoria na operacionalidade da Barragem dos Mottas que será assegurada pelo restabelecimento da funcionalidade das comportas deslizantes e das grades fixas de proteção dos descarregadores de fundo, elementos essenciais para o controle eficiente do fluxo de água.

As melhorias propostas proporcionarão maior segurança para as comunidades locais e permitirão um controle mais eficiente das cheias. Além disso, contribuirão para a conservação dos ecossistemas aquáticos e impulsionarão o desenvolvimento econômico regional.

Outrossim, pretende-se cumprir fielmente o Contrato, e ainda, zelar por sua boa execução, de modo que os serviços propostos neste documento sejam executados com qualidade e perfeita execução.

Espera-se que a licitação socorra a participação de muitos licitantes, na medida em que os serviços descritos neste ETP são comuns de mercado, e há uma quantidade expressiva de empresas com habilitação técnica para o serviço proposto.

14. Providências a serem Adotadas

- Recolhimento da caução relativa à garantia contratual, nos termos estipulados no Edital e no Contrato;
- Por ocasião da celebração do contrato, deverá ser verificada a situação e certificada a regularidade fiscal e trabalhista da futura Contratada, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada;
- Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008;
- Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante previamente à celebração da contratação, serão consultados os seguintes cadastros:

a) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

e) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.corregedoria.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>);

15. Possíveis Impactos Ambientais

Os impactos ambientais podem ser significativos e variados em caso de mal funcionamento ou colapso de uma Barragem. Alguns dos principais possíveis impactos são:

- Inundações: Destruição de áreas naturais, como a mata ciliar e habitats aquáticos, danos a propriedades particulares, infraestruturas podem ser danificadas, resultando em perdas econômicas e sociais.
- Qualidade da Água: O acúmulo de sedimentos e eventuais poluentes pode resultar na liberação de contaminantes na água, afetando a qualidade e a potabilidade.
- Impactos na Biodiversidade: Espécies aquáticas e terrestres podem perder seus habitats naturais, levando à diminuição da biodiversidade.
- Efeitos Socioeconômicos: Comunidades ao redor da barragem podem sofrer com a perda dos recursos hídricos que podem ser utilizados para tratamento e distribuição de água na rede pública, irrigação, dessedentação animal, entre outras atividades. Os custos associados à correção dos problemas e à recuperação ambiental podem ser elevados.
- Danos à Fauna e Flora: Espécies aquáticas e terrestres podem ser afetadas diretamente pela alteração no habitat e na qualidade da água.

A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, devendo o futuro Contratado, observar as diretrizes estabelecidas na:

- **NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção**, inclusive a elaboração e o cumprimento do *Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT* nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos desta NR e outros dispositivos complementares de segurança. O PCMAT deve ser elaborado e executado por profissional legalmente habilitado na área de segurança do trabalho e deverá estar órgão regional do Ministério do Trabalho - MTb.
- **NR 9 - Programa de Prevenção e Riscos Ambientais**;
- Adicionalmente, o PCMAT deverá explicitar e implementar as medidas previstas na NR-15 e na NORMAN-15, para os serviços a serem desenvolvidos de forma submersa com auxílio de equipes de mergulho.
- Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;
- [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- Norma **NBR-10.151** - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata; e,
- Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao objeto da contratação, especialmente àquelas expedidas pelo órgão ambiental do Estado de São Paulo.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Do ponto de vista técnico, os componentes mencionados desempenham papel essencial no controle hidráulico e na segurança operacional da barragem, sendo responsáveis pela adequada condução das vazões, proteção das estruturas internas e mitigação de riscos associados ao acúmulo de detritos e ao desgaste estrutural. O estado atual dessas estruturas demanda intervenções especializadas para restauração de suas condições originais de funcionamento, garantindo desempenho, estanqueidade, resistência mecânica e confiabilidade operacional.

Sob o aspecto operacional, os serviços propostos contemplam todas as etapas necessárias para a adequada execução da intervenção, desde a retirada e recuperação das estruturas existentes até a fabricação de novos componentes, quando aplicável, assegurando compatibilidade dimensional, funcional e normativa. A entrega in loco, seguida da instalação e testes operacionais, permite a verificação plena do funcionamento do sistema após a intervenção, reduzindo riscos de falhas futuras e interrupções não programadas da operação da barragem.

Quanto à viabilidade econômica, a adoção de solução integrada - englobando reparo, conformação, eventual substituição, instalação e testes - apresenta-se mais vantajosa em comparação a intervenções parciais ou paliativas, que poderiam resultar em custos recorrentes de manutenção e maior risco de indisponibilidade dos descarregadores de fundo. A contratação especializada contribui para a otimização de recursos, aumento da vida útil das estruturas e redução de passivos técnicos e operacionais.

Adicionalmente, a execução dos serviços está alinhada às normas técnicas vigentes, às boas práticas de engenharia e às exigências legais relacionadas à segurança de barragens, reforçando a conformidade regulatória e a proteção da população, do meio ambiente e do patrimônio público.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida é viável e recomendável, por atender aos requisitos técnicos, operacionais, econômicos e legais, sendo fundamental para a manutenção da segurança, funcionalidade e confiabilidade da Barragem dos Mottas.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO

Chefe de Assessoria



Assinou eletronicamente em 11/03/2026 às 16:30:36.

Matriz de Gerenciamento de Riscos 4/2026

1. Informações Básicas

| | | |
|--|-------------------------|------------------|
| Número da Matriz de Alocação de Riscos | Responsável pela Edição | Data de Criação |
| 4/2026 | HAILA SANTANA RAMOS | 08/01/2026 09:19 |
| Status da Matriz de Alocação de Riscos | | |
| Concluído (Planejamento) | | |
| Objeto da Matriz de Riscos | | |
| Contratação de serviços referentes a retirada, reparo e conformação da borda, fabricação, transporte (entrega “in loco”), instalação e testes, da Barr | | |

2. Histórico de Revisões

| Data e Hora | Versão | Descrição | Autor |
|------------------|--------|--|---------------------|
| 14/01/2026 15:55 | 1.0 | Contratação de serviços referentes a retirada, reparo e conformação da borda, fabricação, transporte (entrega “in loco”), instalação e testes, envolvendo as Comportas Deslizantes e as Grades Fixas de Proteção da entrada dos Descarregadores de Fundo, (margens direita e esquerda), da Barragem dos Mottas no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, no estado de São Paulo | HAILA SANTANA RAMOS |

3. Riscos Identificados

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---------------------------------|--|--------------------|--|------------------------|---------|
| R-01 | Atraso na execução dos serviços | Plano de trabalho da CONTRATADA com o planejamento inadequado; Desempenho e produtividade dos equipamentos abaixo do planejado; Aumento/Diminuição relevante no valor dos insumos; Erro no valor do contrato em decorrência do desvio no quantitativo de serviços. | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | | Custos adicionais e suscetível a multa contratual; | | | | |
| 2 | | Aditivos contratuais-equilíbrio econômico financeiro; | | | | |
| 3 | | Custos adicionais. | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | | Fiscalização minuciosa no acompanhamento da execução das obras; | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | | Reprogramar cronograma com priorização de atividades críticas, reforço de equipe e extensão de turnos, mediante aprovação da fiscalização.. | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|--|---|--------------------|--|------------------------|---------|
| R-02 | Não disponibilização dos aparelhamentos definidos nas especificações técnicas para a realização dos serviços | Indisponibilidade do equipamento especificado; Planejamento logístico falho. | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | | Atraso na execução dos serviços. | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | | Efetuar fiscalização prévia, evitando a utilização de aparelhos não especificados. | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | | Acionar fornecedores alternativos previamente homologados e prever locação emergencial de equipamentos equivalentes | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|--------|--|--|------|--------------|------------------------|---------|
| | Os serviços realizados não atendem aos | Falta de qualidade técnica na execução dos serviços; Não atingimento dos parâmetros de | | | | |

| | | | | | | |
|------|--|--|--------------------|---|--------|--------|
| R-03 | detalhamentos do performance e produtividade. projeto/CONTRATO | | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| | Impactos | | | | | |
| 1 | Atraso na execução dos serviços; Custos adicionais retrabalho. | | | | | |
| | Ações Preventivas | | | | | |
| P-01 | Fiscal do CONTRATO supervisionar as atividades e atendimento as noras e especificações técnicas. | | | Responsável: RAFAEL CANALI MACHADO | MANDIA | GROSSI |
| | Ações de Contingência | | | | | |
| C-01 | Interrupção imediata do serviço, correção às expensas da contratada e reforço da inspeção técnica e dos ensaios de aceitação | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|--------|--|---|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-04 | Danos ambientais. | Acidente com os equipamentos de serviços. | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| | Impactos | | | | | |
| 1 | Custos adicionais devido autuação por Órgãos Ambientais. | | | | | |
| | Ações Preventivas | | | | | |
| P-01 | Montar plano de ação preventivo em conjunto com a empresa CONTRATADA, visando evitar qualquer tipo de danos ambientais. | | | Responsável: RAFAEL CANALI MACHADO | MANDIA | GROSSI |
| | Ações de Contingência | | | | | |
| C-01 | Acionamento do Plano de Atendimento a Emergências Ambientais, contenção imediata, comunicação ao órgão ambiental e recuperação da área afetada | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|--------|---|--|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-05 | Danos em patrimônio de terceiros | Acidente com equipamentos de serviços. | Gestão de Contrato | Administração | Baixo | |
| | Impactos | | | | | |
| 1 | Indenização a terceiros. | | | | | |
| | Ações Preventivas | | | | | |
| P-01 | Efetuar fiscalização na execução dos trabalhos realizados. | | | Responsável: RAFAEL CANALI MACHADO | MANDIA | GROSSI |
| | Ações de Contingência | | | | | |
| C-01 | Isolamento da área, registro do evento, acionamento do seguro e reparação integral dos danos. | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|--------|--|------------------------------|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-06 | Problema de liquidez financeira da CONTRATADA. | Problemas de fluxo de caixa. | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| | Impactos | | | | | |
| 1 | Paralisação dos serviços; Rescisão contratual. | | | | | |
| | Ações Preventivas | | | | | |
| P-01 | Acompanhamento rotineiro em relação às obrigações financeiras da CONTRATADA, visando evitar qualquer tipo de paralisação dos serviços prestados. | | | Responsável: RAFAEL CANALI MACHADO | MANDIA | GROSSI |
| | Ações de Contingência | | | | | |
| C-01 | Exigência de garantias contratuais, retenção de pagamentos e, se necessário, acionamento de substituição contratual | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|--------|--|---|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-07 | Administração ineficiente da CONTRATADA. | Alocação de equipe inexperiente ou com perfil inadequado; Gestão inadequada de RH; Elevado TURN OVER. | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| | Impactos | | | | | |
| 1 | Retrabalho; | | | | | |
| 2 | Não cumprimento dos prazos; | | | | | |
| 3 | Ineficiência no andamento. | | | | | |
| | Ações Preventivas | | | | | |
| P-01 | Fiscal do contrato supervisionar atividades e cronogramas do escopo do serviço contratado. | | | Responsável: RAFAEL CANALI MACHADO | MANDIA | GROSSI |
| | Ações de Contingência | | | | | |
| C-01 | Emissão de notificações formais, exigência de plano de ação corretivo e substituição de responsáveis técnicos, se necessário | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|--------|---|---|--------------------|---|------------------------|---------|
| R-08 | Não atingimento de parâmetros de desempenho e produtividade. | Ausência de equipamento adequado, pessoal de qualificado e gestão da CONTRTADA. | Gestão de Contrato | Administração | Alto | |
| | Impactos | | | | | |
| 1 | Aumento de custo; | | | | | |
| 2 | Aumento de prazo de execução. | | | | | |
| | Ações Preventivas | | | | | |
| P-01 | Fiscalização notifica a CONTRATADA da de acordo com o estabelecido no CONTRATO. | | | Responsável: RAFAEL CANALI MACHADO | MANDIA | GROSSI |

| Ações de Contingência | | | | | | |
|-----------------------|--|--|--------------------------------|---------------|------------------------|---------|
| C-01 | Reexecução dos serviços, intensificação dos testes operacionais e aplicação de penalidades contratuais | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-09 | Interrupção dos serviços devido a condições climáticas. | Variações de condições climáticas. | Gestão de Contrato | Administração | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso na execução dos serviços e custos adicionais. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Informar à empresa CONTRATADA, sobre o referido risco e solicitar plano de ação caso o evento ocorra. | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Suspensão segura das atividades, proteção das estruturas e reprogramação do cronograma considerando janelas climáticas | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-10 | Acidentes e/ou danos pessoais e/ou materiais em decorrência do não atendimento à legislação de segurança, higiene e medicina do trabalho. | Segurança inadequada na execução dos serviços; Falta de uso inadequado de EPI/EPC; Não atendimento às normas regulamentares (NRS). | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Prejuízo da imagem e suscetível a responder a processos trabalhistas; Custos adicionais, suscetível a multa e processos trabalhistas. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Fiscal do CONTRATO identificar a utilização de materiais e cumprimento de regras e de segurança e medicina do trabalho. | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Acionamento do PAE, atendimento imediato, investigação do acidente e reforço das medidas de SST | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-11 | Interposição de paralisação nos serviços por Órgãos Ambientais. | Falha no atendimento das condicionantes da Licença Ambiental. | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Custos adicionais; Atraso na execução dos serviços. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Solicitar plano de ação caso o evento ocorra. | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Regularização imediata das não conformidades apontadas e retomada apenas após liberação formal | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-12 | Interposição de novas condicionantes ambientais. | Necessidades de adequação dos serviços e ciclos operacionais | Gestão de Contrato | Administração | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Custos adicionais; | | | | | |
| 2 | Atraso na execução dos serviços. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Informar à empresa CONTRATADA, sobre o referido risco e solicitar plano de ação caso o evento ocorra. | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Elaboração do Plano de Ação contendo Avaliação técnica e jurídica do impacto, adequação do escopo | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-13 | Problema de liquidez financeira da CONTRATADA. | Fluxo de caixa insuficiente para cumprir com os compromissos com fornecedores. | Gestão de Contrato | Administração | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso na execução dos serviços. | | | | | |
| 2 | Paralisação dos serviços. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Acompanhamento rotineiro em relação às obrigações financeiras da CONTRATADA, visando evitar qualquer tipo de paralisação dos serviços prestados. | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | | |

| Ações de Contingência | | | | | | |
|-----------------------|--|--|--------------------------------|--|------------------------|---------|
| C-01 | Exigência de garantias contratuais, retenção de pagamentos e, se necessário, acionamento de substituição contratual | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-14 | Gestão tributária temerária da contratante. | Deixar de recolher impostos que não são retidos na fonte. | Gestão de Contrato | Administração | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Suspensão de pagamento. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Realizar acompanhamento sistemático das obrigações fiscais da empresa CONTRATADA. | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Notificação formal para comprovação de regularidade fiscal; suspensão de pagamentos até saneamento das pendências; aplicação de penalidades contratuais | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-15 | Alteração/Extinção de impostos e/ou alíquotas pelo Governo. | Promulgação de leis tributárias com impacto nas alíquotas de tributos existentes e/ou criação de novos tributos incidentes. | Gestão de Contrato | Administração | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Aumento ou redução de custos. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Repactuação de CONTRATO. | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Análise de impacto econômico-financeiro e eventual reequilíbrio contratual. | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-16 | Valores mínimos seguros insuficientes. | Cobertura insuficiente em virtude da contratação inadequada de seguros (danos a terceiros, engenharia, transportes, manuseios de materiais/equipamentos, vida, cambial, entre outros). | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Custos adicionais e multa contratual. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Cumprimento da cláusula contratual específica. | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Exigência de complementação imediata das apólices antes da continuidade dos serviços | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-17 | Comprimento do orçamento. | Crise econômica traduzida por variações imprevistas (grau) nos índices de preços e/ou variação cambial. | Planejamento | Administração | Baixo | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Atraso na execução dos serviços. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Monitoramento periódico do mercado e da conjuntura econômica. | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | valiação formal de desequilíbrio econômico-financeiro; instauração de processo administrativo para recomposição contratual, quando caracterizado fato imprevisível ou de consequências incalculáveis | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| R-18 | Descumprimento das leis trabalhistas. | Incidência sobre a administração de ação trabalhista movida por empregado ou ex-empregado da CONTRATADA. | Gestão de Contrato | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Custos adicionais e suscetível a multa contratual. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Controle e fiscalização da CONTRTADA em relação ao cumprimento das leis trabalhistas e cláusula contratual. | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Suspensão dos serviços, regularização imediata das pendências e aplicação de penalidades | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
| | | Transferência do controle acionário da | | | | |

| | | | | | | | | |
|------------------------------|--|--|--|---|--------------|---------------|-------|--|
| R-19 | Alteração de contrato social. | CONTRATADA (a associação do Contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do CONTRATO) | | | Planejamento | Administração | Baixo | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| Impactos | | | | | | | | |
| 1 | Atraso na execução dos serviços. | | | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | | | |
| P-01 | Controle e fiscalização da CONTRATADA em relação ao cumprimento das leis trabalhistas e cláusula contratual. | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | | | |
| C-01 | Avaliação de capacidade técnica e econômico-financeira e validação formal da continuidade contratual | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | | Nº Item |
|------------------------------|---|----------------|----------------------|---|---------------|------------------------|--|---------|
| R-20 | Eventos não previstos no ambiente do CONTRATO. | Desequilíbrio | Econômico-Financeiro | do Planejamento | Administração | Baixo | | |
| Impactos | | | | | | | | |
| 1 | Atraso na execução dos serviços; Custos adicionais. | | | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | | | |
| P-01 | Cumprimento da cláusula contratual específica. | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | | | |
| C-01 | Adoção de medidas emergenciais de segurança e abertura de processo de ajuste contratual, quando pertinente. | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | | Nº Item |
|------------------------------|--|---|--|---|---------------|------------------------|--|---------|
| R-21 | Encerramento do contrato. | Descumprimento das cláusulas contratuais. | | Gestão de Contrato | Administração | Baixo | | |
| Impactos | | | | | | | | |
| 1 | Custos adicionais; | | | | | | | |
| 2 | Multa contratual. | | | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | | | |
| P-01 | Rescisão do contrato. | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | | | |
| C-01 | Planejamento de desmobilização segura, proteção das estruturas e contratação emergencial substitutiva. | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | | Nº Item |
|------------------------------|---|----------------|--|---|---------------|------------------------|--|---------|
| R-22 | Situações que configurem caso de força maior, como desastres naturais, previsíveis, mas inevitáveis. | Imprevisível. | | Planejamento | Administração | Médio | | |
| Impactos | | | | | | | | |
| 1 | Alteração do cronograma. | | | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | | | |
| P-01 | Previsão contratual de cláusula especifica (força maior). | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | | | |
| C-01 | Suspender/interromper serviços com desmobilização segura e proteção das estruturas /equipamentos; acionar plano de emergência e segurança (incluindo sinalização, isolamento e salvaguarda de bens); registrar evidências e comunicar formalmente; reprogramar cronograma após restabelecimento das condições | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | | | |

| Número | Risco | Causa do Risco | | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | | Nº Item |
|------------------------------|---|----------------|--|---|---------------|------------------------|--|---------|
| R-23 | Situações que configurem caso de força maior, como desastres naturais, previsíveis mas inevitáveis. | Imprevisível. | | Planejamento | Administração | Médio | | |
| Impactos | | | | | | | | |
| 1 | Custos adicionais e alteração no cronograma. | | | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | | | |
| P-01 | Previsão contratual de cláusula especifica (força maior). | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | | | |

| C-01 | Planejamento de desmobilização segura, proteção das estruturas e contratação emergencial substitutiva | | | | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO |
|------------------------------|---|----------------|--------------|---|------------------------|---------|---------------------------------------|
| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item | |
| R-24 | Eventos humanos alheios à vontade da contratante que impossibilitem ou dificultem a execução do contrato, decorrentes de fatos relacionados à CONTRATADA. | Imprevisível. | Planejamento | Administração | Médio | | |
| Impactos | | | | | | | |
| 1 | Custos adicionais. | | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | | |
| P-01 | Previsão contratual de cláusula específica (caso fortuito). | | | Responsável: RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO | | | |
| Ações de Contingência | | | | | | | |
| C-01 | Ativação de plano de contingência, suspensão segura dos serviços e comunicação formal às partes. | | | | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO |

| Número | Risco | Causa do Risco | Fase | Alocado para | Nível do Risco (I x P) | Nº Item |
|-----------------------|---|----------------|--------------|---|------------------------|---------|
| R-25 | Eventos humanos alheios à vontade da contratante que impossibilitem ou dificultem a execução do contrato, decorrentes de fatos relacionados à CONTRATADA. | Imprevisível. | Planejamento | Administração | Médio | |
| Impactos | | | | | | |
| 1 | Custos adicionais e alteração do cronograma. | | | | | |
| Ações Preventivas | | | | | | |
| P-01 | Previsão contratual de cláusula específica (caso fortuito). | | | Responsável: RAFAEL MANDIA CANALI MACHADO | | GROSSI |
| Ações de Contingência | | | | | | |
| C-01 | Proteção do canteiro, suspensão temporária e reprogramação das atividades | | | Responsável: ANGELITA MONTEIRO | | |

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

RAFAEL MANDIA GROSSI CANALI MACHADO

Chefe de Assessoria

Gestão de Contrato

ANGELITA MONTEIRO

Gerente



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

| DE-RPCM-01-25 | UNIDADE |
|------------------------------------|---------|
| INSTALAÇÃO DO CANTEIRO DE SERVIÇOS | UNIDADE |

COMPREENDE:

O local escolhido para construção do canteiro de serviços deverá ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO. Apesar da aprovação, não caberá a Agência SP ÁGUAS, em hipótese alguma, os ônus decorrentes de locação, manutenção e acessos da área escolhida.

O canteiro deverá ficar próximo ao local dos serviços e ter acessos fáceis e bem conservados para veículos e pedestres, independentes, sendo que a conservação ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA. Também deverá ter uma portaria, com porteiro, para controle de entrada e saída de visitas, pessoal, material, equipamentos etc.

Opcionalmente, a critério da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA poderá alugar um imóvel como canteiro, que mantenha no mínimo as áreas e instalações previstas para os serviços.

Durante o decorrer dos serviços, ficarão por conta e a cargo da CONTRATADA o fornecimento necessário à FISCALIZAÇÃO e a limpeza das instalações, móveis e utensílios das dependências da FISCALIZAÇÃO e a reposição do material de consumo necessário (carga do extintor de incêndio, produtos para higiene ambiente e pessoal, etc).

Ficarão, ainda, sob a responsabilidade da CONTRATADA:

- Água e Energia Elétrica - Fornecimento de água, industrial e potável, e de energia elétrica para abastecimento do canteiro de obras. No caso de eventual falta de suprimento pela Rede Pública, deverá a CONTRATADA estar aparelhada para tal eventualidade, com produção de energia mediante geradores e abastecimento de água através de caminhão-pipa.
- Esgotos - Deverá a CONTRATADA solicitar ligação na Rede Pública. Caso não haja, a CONTRATADA deverá providenciar fossa séptica ou similar.
- Infraestrutura de telefonia, tráfego e armazenamento de dados digitais - A CONTRATADA deverá providenciar instalações de redes de telefonia, câmeras com integração e transmissão ao sistema Agência SP ÁGUAS e transmissão de dados (internet), não só para seus serviços como também para a FISCALIZAÇÃO, inclusive aquisição em manutenção de serviço para armazenamento, acesso a aplicativos e transferência de arquivos digitais em solução do tipo “nuvem”, com espaço mínimo de 2TB pelo período contratual, até o recebimento definitivo dos serviços. Deverá ser mantido pela CONTRATADA no espaço de escritório destinado às atividades da equipe de FISCALIZAÇÃO um equipamento de informática com acesso à rede mundial de computadores (internet), provido dos softwares necessários à boa execução das atividades de FISCALIZAÇÃO e engenharia, e de equipamento para impressão.

Em locais onde não existir Rede Telefônica, a CONTRATADA deverá providenciar, quando solicitado pela FISCALIZAÇÃO, instalação de radiotransmissores e bases repetidoras, sem ônus para a Agência SP ÁGUAS.

As Placas de Obras e os respectivos símbolos (Agência SP ÁGUAS, Governo do Estado de São Paulo e a Secretaria de Meio ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL) serão executadas conforme especificadas pela Agência SP ÁGUAS. O fornecimento de Placa de Identificação da Obra ficará a cargo da CONTRATADA.

Os modelos e detalhes da placa deverão ser aqueles em vigência na época da execução dos serviços, conforme o padrão do Governo do Estado de São Paulo. As placas de identificação dos Serviços deverão ser fixadas em locais a critério da FISCALIZAÇÃO e executadas de acordo com modelo a ser fornecido pela Agência SP ÁGUAS.

Os serviços gerais de mobilização, no início dos serviços e durante a execução dos mesmos, e de desmobilização, quando do término dos serviços, compreendem, mas não se limitam às seguintes providências a serem tomadas pela CONTRATADA:

- Transporte de todo o equipamento de propriedade da CONTRATADA até o local dos serviços, e sua posterior retirada.
- Transporte de todo pessoal da CONTRATADA até o local dos serviços em qualquer tempo e posterior regresso a seus locais de origem, viagens e estadias, em qualquer tempo, de pessoal administrativo, de consultoria, de supervisão ou de qualquer modo ligado à CONTRATADA, em função dos serviços.

MEDIÇÃO:

Preço global, sendo 80% conforme avanço aprovado pela FISCALIZAÇÃO e 20% após a conclusão da mobilização completa.

OBSERVAÇÃO:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (BDI).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

| DE-RPCM-02-25 | UNIDADE |
|------------------------------------|---------|
| MANUTENÇÃO DO CANTEIRO DE SERVIÇOS | MÊS |

COMPREENDE:

Inclui todos os custos de materiais, equipamentos e serviços relativos à operação, manutenção e permanente limpeza do local das obras e das vias públicas e bueiros, incluindo vias de acessos aos locais de descarte durante a execução dos serviços, abastecimento de água, energia elétrica, combustíveis, alimentação, transporte diversos de pessoal e de equipamento entre frentes de serviços e acampamento, eventuais custos periódicos relativos à utilização de terrenos para instalações provisórias e outros custos relativos a manutenção, limpeza e operação das instalações de apoio até o final dos serviços, quer sob o aspecto físico como o de ordem interna, e a observação dos cuidados higiênicos e de segurança pessoal.

Dadas as condições de tráfego de carga nas vias de acesso internas à obra, para o trânsito de equipamentos, das equipes de execução e FISCALIZAÇÃO e dos materiais necessários para a correta execução dos serviços, é necessária a manutenção periódica destes acessos e caminhos existentes ou novos, nos trechos em que estiverem sendo desenvolvidos os trabalhos, também incluídos os acessos e caminhos para as áreas envolvidas no serviço.

A manutenção desses acessos e caminhos, por não serem pavimentados, se utiliza de lastro de brita, lançada e compactada nos pontos críticos com a passagem de veículos pesados, tais como caminhões. Para a manutenção e aplicação do lastro de brita fornecido é necessária a utilização de motoniveladora.

O serviço de manutenção deverá ser executado de forma periódica pela CONTRATADA ou a critério da FISCALIZAÇÃO.

O lastro de brita para a manutenção dos acessos será composto por mistura bem graduada com utilização de pedra britada de números 2 e 3, que será lançada nos pontos onde o greide do pavimento apresente deformações excessivas ou descontinuidades (buracos ou “painéis”), não devendo exceder 0,70 m de profundidade.

Em locais com profundidade igual ou superior a 0,70 m, deverá ser previamente lançada uma camada complementar de solo, até que seja atingida a profundidade adequada para o posterior lançamento da camada de brita.

Caso haja necessidade de garantir capacidade de suporte em áreas de manobra de caminhões e equipamentos, a CONTRATADA poderá lançar uma camada de brita não superior a 0,20 m, devendo ser uniformemente espalhada com uso de motoniveladora e compactada com a passagem de caminhões e equipamentos.

O equipamento deverá estar em boas condições de trabalho e manutenção, para execução dos serviços de manutenção das vias de acesso e áreas de manobra, efetuando o nivelamento geométrico das vias, mediante raspagem e espalhamento de material.

As vias internas de acesso e áreas de manobra e operação deverão ser periodicamente aspergidas com água, de forma a evitar a suspensão de partículas. Estes serviços devem ser intensificados em condições de tempo seco e ausência de chuvas, de forma a evitar o transporte de material particulado pelos ventos.

É exigência da autoridade de operação do sistema viário, e de saúde pública que seja feita a limpeza das vias públicas, por meio de lavagem, para impedir a suspensão de partículas, devendo ser o veículo dotado de equipamento aspersor.

A critério da FISCALIZAÇÃO, este equipamento poderá ser deslocado para a limpeza de outros locais, dentro da área de influência direta do empreendimento.

MEDIÇÃO:

Preço unitário, mensalmente, pelo valor estabelecido junto à FISCALIZAÇÃO em R\$/mês.

OBSERVAÇÃO:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (BDI).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

| DE-RPCM-03-25 | | UNIDADE |
|--|--|---------|
| DESMOBILIZAÇÃO DO CANTEIRO DE SERVIÇOS | | UNIDADE |

COMPREENDE:

Incluem todos os serviços, materiais e equipamentos necessários à remoção de instalações temporárias para fora do local das obras inclusive as adaptações e consertos nos locais onde foram construídas vias temporárias, deixando as áreas utilizadas nas mesmas condições originais a critério da FISCALIZAÇÃO.

MEDIÇÃO:

Preço global, sendo 80% conforme avanço aprovado pela FISCALIZAÇÃO e 20% após a conclusão da desmobilização completa.

OBSERVAÇÃO:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (BDI).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

| DE-RPCM-04-25 | | UNIDADE |
|---|--|---------|
| RETIRADA E IÇAMENTO DAS COMPORTAS E GUIAS | | unidade |

COMPREENDE:

Compreende a execução dos serviços de retirada e içamento das comportas e guias existentes, incluindo seus conjuntos de acionamento manual (hastes de manobra, mancais, volantes), com utilização de equipamentos de elevação adequados e mão de obra. A retirada envolverá a liberação e o deslocamento das estruturas até área indicada de descarte previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO dentro da área de influência do empreendimento, bem como a remoção de guias.

Todo o serviço deverá ser executado de forma a garantir a integridade estrutural dos componentes passíveis de reaproveitamento e a segurança da equipe envolvida.

MEDIÇÃO:

A medição será realizada pelo preço global por unidade retirada, sendo considerada uma unidade composta pela comporta e 01 com os elementos associados ao conjunto de acionamento manual (haste de manobra, mancais e volante).

OBSERVAÇÃO:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (BDI).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

| DE-RPCM-05-25 | | UNIDADE |
|---------------------|--|---------|
| RETIRADA DAS GRADES | | unidade |

COMPREENDE:

Compreende a execução dos serviços de retirada das grades existentes, incluindo seus quadros de fixação, com utilização de equipamentos de elevação adequados e mão de obra. A retirada envolverá a liberação e o deslocamento das estruturas até área indicada de descarte previamente aprovada pela FISCALIZAÇÃO dentro da área de influência do empreendimento.

Todo o serviço deverá ser executado de forma a garantir a integridade estrutural dos componentes passíveis de reaproveitamento e a segurança da equipe envolvida.

MEDIÇÃO:

A medição será realizada pelo preço global por unidade retirada, sendo considerada uma unidade composta pela grade e pelo quadro de fixação.

OBSERVAÇÃO:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (BDI).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

| DE-RPCM-06-25 | UNIDADE |
|---|---------|
| Fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de movimentação e direcionamento. | unidade |

COMPREENDE:

Compreende o fornecimento de duas comportas deslizantes, com dimensões livres de 1,50 m x 2,50 m cada, incluindo suas guias de direcionamento e conjuntos de acionamento manual com haste de 12 m, fabricadas em aço inoxidável AISI 304, ou material equivalente previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO, com 9,5 mm de espessura.

Estão incluídos no escopo: a fabricação das comportas, guias, hastes e pedestais; o transporte dos conjuntos até o local de instalação; a preparação da borda/canal e fixação das guias; a montagem e fixação completa das comportas e dos acionamentos manuais; a execução de testes operacionais e de estanqueidade sob acompanhamento da FISCALIZAÇÃO; e a entrega de data-book e placas de identificação em aço inoxidável.

Todo o fornecimento deverá atender às normas técnicas aplicáveis e garantir a estanqueidade e o funcionamento adequado em regime de operação.

MEDIÇÃO:

Preço global, sendo:

- 15% – Emissão do pedido de fabricação das comportas, guias e conjuntos de acionamento, com entrega da documentação preliminar de fabricação aprovada pela Fiscalização;
- 15% – Fabricação das comportas, guias e conjuntos de acionamento, com entrega das respectivas documentações;
- 20% – Transporte e entrega até o local de instalação de todas as peças e componentes, com conferência pela FISCALIZAÇÃO;
- 30% – Instalação mecânica, incluindo preparação da borda/canal, fixação das guias, montagem das comportas e conjuntos de acionamento;
- 20% – Testes de operação e estanqueidade realizados sob supervisão da FISCALIZAÇÃO, com entrega do data-book e placas de identificação.

OBSERVAÇÃO:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (BDI).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

| DE-RPCM-07-25 | UNIDADE |
|---|---------|
| Fornecimento, e instalação de Grades Fixas de Proteção com os enquadramentos de fixação | unidade |

COMPREENDE:

Compreende o fornecimento, transporte, instalação e teste de duas grades fixas de proteção para aduções, em aço carbono com proteção anticorrosiva por galvanização a fogo ou outro tratamento de desempenho equivalente previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

As grades deverão possuir dimensões de 8.000mm x 6.000mm, admitindo-se variações conforme as condições geométricas do local, com espaçamento entre barras verticais máximo de 150 mm. Cada grade deverá ser composta por painel em construção soldada, constituído por barras maciças verticais de seção mínima de 3/4" igualmente espaçadas, fixadas em vigas horizontais ligadas às cabeceiras laterais em perfis tipo "U" de no mínimo 3", conjunto de reforços estruturais dimensionados de acordo com as cargas hidráulicas atuantes, olhais ou dispositivos para movimentação e içamento durante a montagem e manutenção, enquadramento de fixação garantindo perfeito acoplamento da grade à estrutura de concreto existente, além de placa de identificação em aço inoxidável.

Inclui também o transporte até o local de instalação, a montagem sobrepondo a estrutura existente, a execução de soldagens e fixações necessárias e a realização de teste de integridade estrutural e de fixação acompanhado pela FISCALIZAÇÃO.

MEDIÇÃO:

- Preço global, sendo:
- 15% – Emissão do pedido de fabricação das grades e enquadramentos de fixação, com apresentação da documentação preliminar aprovada pela FISCALIZAÇÃO;
 - 25% – Fabricação das grades e enquadramentos de fixação, com entrega das respectivas documentações;
 - 20% – Transporte e entrega até o local de instalação de todas as peças e componentes, com conferência pela FISCALIZAÇÃO;
 - 30% – Instalação e fixação mecânica das grades e enquadramentos, incluindo soldagens, chumbamentos e alinhamentos;
 - 10% – Testes de integridade estrutural e de fixação realizados sob supervisão da FISCALIZAÇÃO, com entrega do data-book e placas de identificação.

OBSERVAÇÃO:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (LDI).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

| DE-RPCM-08-25 | UNIDADE |
|---|---------|
| Execução de ensecadeira de proteção, com sacos de areia, com fornecimento de areia (dimensões: base = 4,0 m, altura = 3,0 m, topo = 1,0 m, comprimento = 10,0 metros e talude de 1:0,5) | m³ |

COMPREENDE:

Compreende a execução de ensecadeira de proteção com dimensões aproximadas de base de 4,00 m, altura de 3,00 m e topo de 1,00 m, com talude de inclinação 1:0,5 e comprimento de 10,00 m cada. A ensecadeira será confeccionada por meio de enchimento de sacos de manta de nylon não tecida, ou material similar previamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO, devidamente preenchidos com areia e costurados com cordoalha, contemplando o transporte do material até o local de execução, a montagem e conformação da estrutura no trecho indicado e, ao final, a remoção completa com carga, transporte e descarga do material em bota-fora indicado. O fornecimento da areia está incluído no escopo do item.

A ensecadeira terá caráter provisório e será utilizada como estrutura de proteção para viabilizar a execução dos serviços de instalação das grades e das comportas, bem como os reparos locais previstos neste contrato.

MEDIÇÃO:

A medição será realizada pelo volume efetivamente executado da ensecadeira, expresso em metro cúbico (m³), de acordo com as dimensões geométricas projetadas e aferidas em campo.

OBSERVAÇÃO:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, ferramentas de trabalho, Equipamento de Proteção Individual (EPI), Leis Sociais e Benefícios (LSB) e o Lucro e Despesas Indiretas (BDI).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

| DE-RPCM-09-25 | | UNIDADE |
|---|--|---------|
| Aplicação de argamassa à base de cimento modificada com polímeros Espessura até 3 Cm | | m² |

COMPREENDE:

Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra especializada para preparar e aplicar a argamassa de reparo sobre a superfície de concreto previamente limpa, inclusive seu acabamento final.

O serviço deve ser executado conforme as normas técnicas e Instruções de uso do fabricante do produto utilizado no preparo da argamassa.

MEDIÇÃO:

A medição será feita pela área efetivamente tratada, expressa em metro quadrado.

OBSERVAÇÃO:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, ferramentas de trabalho, EPI (Equipamento de Proteção Individual), LSB (Leis Sociais e Benefícios) e BDI (Lucro e Despesas Indiretas).



ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

| DE-RPCM-10-25 | | UNIDADE |
|---|--|---------|
| Aplicação de Argamassa Tipo Dry Pack para Reparos Localizados | | m³ |

COMPREENDE:

Fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra especializada para o preparo e aplicação da argamassa de reparo.

A aplicação deve ser executada conforme normas técnicas, e a argamassa de reparo preparada conforme recomendações de uso do fabricante do produto.

MEDIÇÃO:

A medição será feita pelo volume de argamassa efetivamente aplicado, expresso em metro cúbico.

OBSERVAÇÃO:

Estão inclusos no preço todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão de obra, ferramentas de trabalho, EPI (Equipamento de Proteção Individual), LSB (Leis Sociais e Benefícios) e BDI (Lucro e Despesas Indiretas).

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP-ÁGUAS

(Processo Administrativo nº137.00014914/2025-79)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE O(A), POR
INTERMÉDIO DO(A) E
.....

O Estado de São Paulo / [Entidade com personalidade jurídica], por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [portador(a) da identificação funcional nº/inscrito(a) no CPF sob o nº (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90012/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é a contratação de Contratação de serviços referentes a retirada, reparo e conformação da borda, fabricação, transporte (entrega “in loco”), instalação e testes, envolvendo as Comportas Deslizantes e as Grades Fixas de Proteção da entrada dos Descarregadores de Fundo, (margens direita e esquerda), da Barragem dos Mottas no Município da Estância Turística Religiosa de Aparecida, no estado de São Paulo, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.1. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE TOTAL | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|----------------------|-------------------|------------------|----------------|-------------|
| 1 | Canteiro de Serviços | | | | |

| | | | | | |
|-----|--|---------|--|--|--|
| 1.1 | Instalação do Canteiro de Serviços | unidade | | | |
| 1.2 | Manutenção do Canteiro de Serviços | mês | | | |
| 1.3 | Desmobilização do Canteiro de Serviços | unidade | | | |
| 2 | Remoção das Comportas Deslizantes, Guias de Movimentação e direcionamento das Grades Fixas de Proteção | | | | |
| 2.1 | Retirada e içamento das comportas e guias | unidade | | | |
| 2.2 | Retirada das grades | unidade | | | |
| 3 | | | | | |
| 3.1 | Fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de movimentação e direcionamento. | | | | |
| 3.2 | Fornecimento, e instalação de Grades Fixas de Proteção com os enquadramentos de fixação. | | | | |
| 4 | | | | | |
| 4.1 | Execução de ensecadeira de proteção, com sacos de areia, com fornecimento de areia (dimensões: base = 4,0 m, altura = 3,0 m, topo = 1,0 m, comprimento = 10,0 metros e talude de 1:0,5) | | | | |

| | | | | | |
|------------|--|--|--|--|--|
| 4.2 | Aplicação de argamassa à base de cimento modificada com polímeros (espessura até 3 cm) | | | | |
| 4.3 | Aplicação de argamassa tipo Dry Pack para reparos localizados | | | | |
| | | | | | |

1.2. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O *Termo de Referência*;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de *empreitada por preço unitário*.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 07 (sete) meses e o de execução é de 04 (quatro) meses, contados da emissão da ordem de início dos serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30 % (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, abaixo discriminada:

4.1.1.1. Instalação de comportas deslizantes de dimensões mínimas 2,50m x 1,50m;

4.1.1.2. Instalação de grades fixas de proteção com enquadramento de fixação com dimensões mínimas de 8,00 m x 6,00 m;

4.1.1.3. Execução de Ensecadeira de Proteção com sacos de areia.

4.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.3. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.3.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.1.3.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.1.3.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.3.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.1.3.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.1.3.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.

4.1.4. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.

4.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.
- 5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.

O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no Banco de Preços SABESP/01/2026, DER/03/2026 e Pesquisa de Mercado 02/2026, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.

- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Preços de Obras Públicas (IPOP), calculado pela FIPE para a Secretaria da Fazenda de SP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1.17. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

8.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado;

8.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, quando for o caso, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução;

8.1.20. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

- 9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.23. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;
- 9.1.24. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;
- 9.1.25. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.1.26. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.1.27. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;
- 9.1.28. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.29. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;
- 9.1.30. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.1.31. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no Termo de Referência, em plena validade;

9.1.32. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.1.33. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.1.34. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

9.1.35. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no Termo de Referência, conforme o caso;

9.1.36. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

9.1.37. Dar pleno cumprimento ao disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

9.1.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307, de 05/07/2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;

9.1.38.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.38.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

9.1.38.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

9.1.38.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.38.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

9.1.38.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

9.1.38.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as

normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;

9.1.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.39.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

9.1.39.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata;

9.1.40. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no Termo de Referência e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.41. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.41.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.41.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.41.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.42. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do Termo de Referência;

9.1.43. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: "habite-se", licenças ambientais, alvarás, etc.);

9.1.44. Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo Contratado, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, prévia e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

9.1.44.1. A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas na documentação técnica constante no Projeto Básico e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;

9.1.45. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura deste contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, o gestor do contrato, o(s) fiscal(is) técnico e administrativo do contrato, os técnicos da área requisitante, o preposto do Contratado e o(s) gerente(s) da(s) área(s) que executará(ão) os serviços contratados;

9.1.46. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$_____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de XX (XXX) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização,

acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- ii) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iv) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

v) **Multa:**

- (1) Multa Moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) Multa Moratória de 0,7% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

- a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;
- (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 1% (por cento) a 10% (por cento) do valor do Contrato;
- (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- (5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato;
- (6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato;
- (7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;
- (8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), ou nos incisos I e II do artigo 9º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa)*.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) **via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Vide o arquivo específico em que se encontra o conteúdo deste Anexo (especificado no item 14 deste Edital).

ANEXO III

CÓPIA DA PORTARIA DAEE 5012, DE 03/08/2023

Dá nova redação ao Código de Conduta e Integridade do DAEE.

A Superintendente do DAEE, com fundamento nos incisos I e XVI do artigo 11, do regulamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 52.636 de 03.02.1971, tendo em vista o disposto no Decreto Estadual nº 62.349/2016 e Decreto Estadual nº 67.683/23 que instituiu o Plano Estadual de Integridade do Estado de São Paulo, e Portaria nº 3806 que criou a UGI - Unidade de Gestão de Integridade do DAEE, bem como demais legislações de atualização sobre o tema,

DETERMINA:

Artigo 1º Considerando a necessidade de modernização e atualização dos valores e condutas éticas que refletem a identidade organizacional desta Autarquia, foi aprovado em reunião de Diretoria Colegiada o Novo Código de Conduta e Integridade do DAEE, criado pela Portaria DAEE 2777, de 27/04/2021, atualizado na forma do anexo desta Portaria.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

aos, 03 de agosto de 2023.

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO
MARA RAMOS
Superintendente

(ANEXO)

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA – DAEE

CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE

Criado pela Portaria nº 2777 de 27/04/2021
Revisado pela PORTARIA DAEE nº 5012, de 03/08/2023.

1- APLICAÇÃO DO CÓDIGO

Nosso Código de Conduta e Integridade aplica-se aos membros da Administração, aos funcionários, colaboradores, fornecedores e parceiros, de forma a que todos atuem pautados pelos mesmos valores e princípios éticos.

A adoção dos valores e condutas éticas estabelecidos é fundamental para garantir que todos atuem de forma integrada e coerente na condução de atividades e relações com diferentes públicos: governo, comunidade e sociedade em geral, órgãos de controle interno e externo, mídia, entidades e órgãos integrantes do SIGRH E SINGREH.

Nosso Código de Conduta reflete a identidade organizacional do DAEE e observa o Código de Ética da Administração Pública Estadual (Decreto Estadual nº 60.428/2014 e o Decreto Estadual nº 62.349/16), leis anticorrupção e demais normas legais e dita o conjunto de normas que devem ser observadas.

A ocorrência de qualquer conduta que deixe de observar os princípios e valores deste Código, deve ser comunicada através dos canais aqui definidos onde o anonimato é preservado, sendo vedada a punição ou retaliação, podendo entretanto, ser objeto de averiguação e demais penalidades a denúncia infundada, dolosa ou fraudulenta.

2 - NOSSOS VALORES

Respeito à Sociedade, ao Meio Ambiente e aos Recursos Hídricos:

- *Controlar e fiscalizar os usos de recursos hídricos de forma sustentável; promover a educação e consciência ambiental;*
- *Zelar pela proteção, preservação e recuperação dos recursos hídricos e do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações.*

Respeito às pessoas:

- *Promover a equidade de oportunidades, o desenvolvimento profissional com respeito à diversidade;*
- *Estabelecer relações de confiança e estímulo à participação por meio da comunicação e da integração.*

Integridade:

- *Agir com justiça, legalidade, coerência, ética e honestidade em todas as práticas e decisões.*

Compromisso com a excelência:

- *Atuar com profissionalismo, agilidade, eficiência e eficácia, garantindo a qualidade de processos, serviços e produtos.*
- *Valorizar os conhecimentos técnicos compartilhados, proatividade, criatividade, inovação, simplicidade e flexibilidade na busca de soluções.*

Cidadania:

- *Atuar com consciência cidadã e responsabilidade na promoção do bem público, em especial nas ações e atividades da gestão integrada e participativa dos recursos hídricos.*

Transparência:

- *Atuar de forma transparente com todas as partes interessadas.*

NOSSOS COMPROMISSOS DE CONDUTA

3 - NOSSO AMBIENTE

Estamos comprometidos com um ambiente agradável e com foco na excelência e para isso necessitamos:

3.1 Exercer as atividades de forma legal, ética e transparente, considerando os interesses legítimos da sociedade e dos públicos com os quais o DAEE se relaciona, promovendo a melhoria da qualidade de vida da sociedade de forma planejada e sustentável.

3.2 Desenvolver e dar oportunidade promovendo a capacitação profissional, com critérios pautados no mérito, desempenho e competência, de forma a qualificar o trabalho e contribuir para o processo de ascensão profissional.

3.3 Atuar para promover o direito à informações que contribuam para a qualidade do trabalho ou de caráter institucional de interesse comum.

3.4 Buscar o aperfeiçoamento contínuo da qualidade das atividades e serviços ofertados e o comprometimento com os resultados.

3.5 Garantir práticas de gestão de pessoas que respeitem a diversidade e fortaleçam a motivação, a satisfação e o comprometimento.

3.6 Fortalecer e aperfeiçoar o relacionamento com as comunidades onde atua diretamente e a sociedade em geral.

3.7 Alcançar e superar os padrões de conformidade legal, criando e agregando valor a gestão.

3.8 Atender às solicitações e reclamações de seus usuários com a devida qualidade e presteza.

3.9 Cumprir incondicionalmente os Instrumentos Normativos do DAEE, bem como os preceitos legais, assumindo o compromisso de comunicar e zelar pela disseminação desse conhecimento e orientação dos trabalhos.

3.10 Zelar pela Saúde e Segurança no Trabalho preservando a segurança das pessoas que trabalham para a organização, por meio do cumprimento de leis e normas internas relativas à Medicina e Segurança do Trabalho de forma a preservar um ambiente sadio e com qualidade de vida para os trabalhadores.

RESPEITO E PREVENÇÃO AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

3.11 Zelar por um ambiente livre de qualquer constrangimento, assédio ou discriminação, com atuação de forma profissional, respeitosa e sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual, nível social, crença ou religião, filiação política ou partidária, de maneira a que todos sejam tratados com dignidade, igualdade de oportunidades, com respeito e diálogo.

3.12 Respeitar a diversidade de seus diferentes públicos, assumindo o compromisso de exercer suas atividades de forma isenta e imparcial, sem favorecimento de qualquer ordem, livre de preconceito e de qualquer tipo de fraude, corrupção e prática de atos lesivos à administração pública.

3.13 Manter relações com entidades representativas dos funcionários, sem restrição ou constrangimento para participar de entidades e associações de classe, como forma do pleno exercício de direito, além de auxiliar no desenvolvimento individual e na melhoria do clima organizacional.

4 - NOSSO RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E OS RECURSOS HÍDRICOS

4.1 Zelar pela adequada utilização dos recursos públicos, utilizando-os de forma eficiente, eficaz e lícita.

4.2 Promover e controlar a utilização racional e integrada dos recursos hídricos de forma sustentável assegurando à atual e futura geração a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos.

4.3 Atuar com justiça nas ações e decisões, promovendo o equilíbrio e a harmonia, na conciliação dos interesses e propósitos do DAEE e de seus diferentes públicos de relacionamento.

4.4 Desenvolver as atividades com base nos princípios da prevenção e da precaução ambiental, na busca da melhoria contínua, não promovendo práticas que coloquem em risco o meio ambiente e os recursos hídricos.

4.5 Promover a educação ambiental e de recursos hídricos junto aos diversos públicos de relacionamento e da sociedade em geral.

4.6 Respeitar a legislação vigente com destaque ao combate a qualquer tipo de fraude, corrupção e prática de atos lesivos à administração pública.

4.7 Estabelecer a confiança, transparência e as práticas de governança como princípio de relacionamento com os diferentes públicos em especial com os usuários de recursos hídricos e demais parceiros.

4.8 Garantir o direito de acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão nos termos da lei, disponibilizando seus atos administrativos e dados de seus sistemas de informação, preservados aqueles considerados confidenciais nos termos da legislação vigente.

4.9 Manter canais abertos com a imprensa, redes sociais e com os diversos segmentos da sociedade.

4.10 Manter a Confidencialidade e Propriedade de Dados e informações classificadas como tal, protegidas nos termos definidos na legislação vigente, especialmente, a Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD e seus regulamentos, assim como demais orientações legais (Decreto Estadual nº 64.790/2020 e suas atualizações).

4.11 Zelar pelo Uso e Proteção de Bens, Equipamentos, Serviços e Recursos Públicos de forma a não contrariar orientações internas ou prejudicar os interesses do trabalho e do DAEE.

4.12 Atuar para evitar uso indevido de recursos em campanhas, sendo proibidas quaisquer doações ou utilização de recursos do DAEE (humanos, tecnológicos, financeiros, patrimoniais, veículos, equipamentos, e-mails, rede e celular corporativo) em campanha política, que vise auxiliar partidos políticos ou candidatos,

dentre outras condutas vedadas pela legislação específica. Esta proibição aplica-se, ainda, ao uso de recursos do DAEE em campanhas ou eleições de corporações e associações em geral.

4.13 Repudiar práticas que atentem contra o patrimônio público, contra os princípios da administração pública e que prejudiquem licitações e contratos, como:

- prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, tais como Ministério Público, Tribunal de Contas, entre outros;
- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de licitação ou contrato dela decorrente;
- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório;
- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos contratos;
- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados com a administração pública.

4.14 Combater o Nepotismo atuando fortemente contra a indicação, contratação ou manutenção de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, sob sua subordinação direta, designação, promoção ou qualquer tipo de favorecimento.

4.15 Afastar conflitos de interesses, sendo vedado aos administradores, funcionários e colaboradores no desempenho de suas funções internas e externas:

- atuar em processos de compra e venda de produtos, serviços, obras, dos quais participem empresas que tenham sócios ou representantes com parentesco natural ou civil, até o terceiro grau;
- exercer atividade, que em razão da sua natureza, seja incompatível com as atribuições do cargo que ocupa, ou que conflite com os negócios e interesses do DAEE, ou que gere incompatibilidade de horário e prejuízo ao desempenho profissional.

4.16 Não aceitar benefícios, presentes e gratificações sendo vedado receber ou solicitar favores, remuneração, transporte, hospedagem, bens móveis ou imóveis, serviços ou qualquer vantagem econômica ou patrimonial.

5 - NOSSO RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES, PARCEIROS, E USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS

No relacionamento com Fornecedores, Parceiros e Usuários de Recursos Hídricos prezamos por compromissos destacados neste código e de forma conjunta devemos:

5.1 Buscar o diálogo, a cooperação, relacionamento transparente e o mútuo respeito, almejando ações e benefícios à sociedade em geral e observar as normas e princípios da gestão integrada e participativa dos recursos hídricos.

5.2 Buscar a transparência e a ética, observando a legislação vigente, em especial os valores definidos neste Código e na Lei de Licitações, com destaque para seus princípios, a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

5.3 Buscar o cumprimento efetivo em nossos contratos, com aplicação das legislações anticorrupção, ambiental e de recursos hídricos.

6 – SANÇÕES

Mediante apuração de irregularidade ou transgressão a este Código de Conduta e Integridade, caberá aplicação das medidas disciplinares aos administradores, funcionários e colaboradores.

No caso de envolvimento de fornecedores ou parceiros, serão aplicadas as sanções contratuais e administrativas, sem prejuízo das demais medidas jurídicas cabíveis.

7 - COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética, cuja composição é definida por Portaria da Superintendência do DAEE, tem como atribuições a elaboração, revisão e divulgação deste Código, zelando pela sua pertinência, atualização, disseminação e aplicação, através de um plano de trabalho proposto anualmente.

A Comissão analisa a natureza e a frequência das transgressões ao Código, recomenda ações preventivas e corretivas, acompanha os processos de infração e estimula o comprometimento dos colaboradores com uma conduta ética e imparcial.

Deve promover a capacitação sobre o assunto, reforçando as Condutas Éticas buscadas, proporcionando entendimento e prática dos Valores deste Código.

8 - CANAL DE DENÚNCIA

Denúncias sobre ocorrências de fraude, corrupção, atos ilícitos, transgressões ao Código de Conduta, ou sobre outras questões que possam acarretar prejuízos aos princípios e ofensa aos valores interesses do DAEE, devem ser realizadas por qualquer pessoa através dos canais disponíveis:

Por e-mail ao canaldedenuncia@spaguas.sp.gov.br

Destinado para fatos que estejam em desacordo com o Código de Conduta e Integridade.

Por telefone (11) 3293-3538

Pessoalmente ou por carta dirigida à Ouvidoria

Rua Boa Vista, 170 - 10 andar - bloco 5, CEP 01014-000.

Por e-mail à ouvidoriadaee@sp.gov.br

Destinado a reclamações, sugestões, elogios e denúncias de serviços prestados pelo DAEE

Telefone (011)3293-8463.

A Ouvidoria é responsável pelo processamento de denúncias, devendo zelar pelo anonimato do denunciante e proteger a confidencialidade das informações e dos envolvidos, visando preservar direitos e neutralidade das decisões. Compete à Comissão Processante Permanente realizar os procedimentos para apuração de infração ao Código de Conduta, bem como dos eventos registrados no Canal de Denúncias.

A apuração do conteúdo das denúncias é realizada através de Processo de Averiguação, por comissão nomeada, devendo ser fornecidos os elementos mínimos necessários que permitam apuração da veracidade dos fatos.

É garantida a proteção ao denunciante, sendo vedada a punição ou retaliação, de qualquer forma, do denunciante ou colaborador que tenha fornecido informações de boa-fé, mas a denúncia infundada ou de má-fé pode acarretar apuração e sanções cabíveis.

Este Código de Conduta ficará disponível para consulta e “download”, no site do DAEE, na internet e intranet, sendo divulgado aos administradores, funcionários, colaboradores, fornecedores e parceiros.

Este Código foi editado em julho de 2023, em sua 1ª revisão.

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA



SECRETARIA MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Boa Vista, 170/175 – Telefone 3293-8200/3293-8201 – CEP 01014-000 – São Paulo-SP

www.spaguas.sp.gov.br



ANEXO IV.1 - Modelo de Planilha de Proposta

Serviços referentes a retirada, reparo e preparação da borda, fabricação, transporte (entrega in loco), instalação e testes, envolvendo as Comportas e as Grades da Barragem dos Mottas no Município de Aparecida - SP

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | Preço Unitário (com BDI) | Preço Total - R\$ |
|----------|---|---------|------------|--------------------------|-------------------|
| 1 | Canteiro de Serviços | | | | |
| 1.1 | Instalação do Canteiro de Serviços (máx. 1,80%) | unidade | 1,00 | | |
| 1.2 | Manutenção do Canteiro de Serviços (max. 1,050%) | mês | 4,00 | | |
| 1.3 | Desmobilização do Canteiro de Serviços (máx 0,150%) | unidade | 1,00 | | |
| | | | | subtotal 1 | |
| 2 | Remoção das Comportas Deslizantes, Guias de Movimentação e direcionamento das Grades Fixas de Proteção | | | | |
| 2.1 | Retirada e Içamento das Comportas e guias | unidade | 2,00 | | |
| 2.2 | Retirada das Grades | unidade | 2,00 | | |
| | | | | subtotal 2 | |
| 3 | Fornecimento de Materiais e Acessórios | | | | |
| 3.1 | Fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de movimentação e direcionamento. | unidade | 2,00 | | |
| 3.2 | Fornecimento, e instalação de Grades Fixas de Proteção com os enquadramentos de fixação | unidade | 2,00 | | |
| | | | | subtotal 3 | |
| 4 | Preparação civil do local | | | | |
| 4.1 | Execução de ensecadeira de proteção, com sacos de areia, com fornecimento de areia (dimensões: base = 4,0 m, altura = 3,0 m, topo = 1,0 m, comprimento = 10,0 metros e talude de 1:0,5) | m³ | 165,00 | | |
| 4.2 | Aplicação de argamassa à base de cimento modificada com polímeros (espessura até 3 cm) | m² | 21,00 | | |
| 4.3 | Aplicação de argamassa tipo Dry Pack para reparos localizados | m³ | 2,00 | | |
| | | | | subtotal 4 | |
| | | | | TOTAL | |



SECRETARIA MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Boa Vista, 170/175 – Telefone 3293-8200/3293-8201 – CEP 01014-000 – São Paulo-SP

www.spaguas.sp.gov.br



Modelo de Cronograma Físico-Financeiro

Serviços referentes a retirada, reparo e preparação da borda, fabricação, transporte (entrega in loco), instalação e testes, envolvendo as Comportas e as Grades da Barragem dos Mottas no Município de Aparecida - SP

| Item | Descrição | MESES | | | |
|----------|---|-------|---|---|---|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 1 | Canteiro de Serviços | | | | |
| 1.1 | Instalação do Canteiro de Serviços (máx. 1,80%) | | | | |
| 1.2 | Manutenção do Canteiro de Serviços (max. 1,050%) | | | | |
| 1.3 | Desmobilização do Canteiro de Serviços (máx 0,150%) | | | | |
| 2 | Remoção das Comportas, guias e grades | | | | |
| 2.1 | Retirada e Içamento das Comportas e guias | | | | |
| 2.2 | Retirada das Grades | | | | |
| 3 | Fornecimento de Materiais | | | | |
| 3.1 | Fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de movimentação e direcionamento. | | | | |
| 3.2 | Fornecimento, e instalação de Grades Fixas de Proteção com os enquadramentos de fixação | | | | |
| 4 | Preparação civil do local | | | | |
| 4.1 | Execução de ensecadeira de proteção, com sacos de areia, com fornecimento de areia (dimensões: base = 4,0 m, altura = 3,0 m, topo = 1,0 m, comprimento = 10,0 metros e talude de 1:0,5) | | | | |
| 4.2 | Aplicação de argamassa à base de cimento modificada com polímeros (espessura até 3 cm) | | | | |
| 4.3 | Aplicação de argamassa tipo Dry Pack para reparos localizados | | | | |
| | TOTAL | | | | |
| | % | | | | |
| | Acumulado (R\$) | | | | |
| | Acumulado (%) | | | | |

ANEXO IV.2

MODELO DE DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DO BDI

| TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO | |
|--|---|
| 1. Lucro estimado (L) | % |
| PARCELAS RELATIVAS A DESPESAS DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | |
| 1. Administração Central (AC) | % |
| PARCELAS RELATIVAS ÀS DESPESAS FINANCEIRAS | |
| 1. Despesas Financeiras (DF) | % |
| PARCELAS RELATIVAS A SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS DE OBRA | |
| 1. Seguros (S) | % |
| 2. Garantias (G) | % |
| 3. Riscos (R) | % |
| Subtotal Seguros + Riscos + Garantias | % |
| PARCELAS RELATIVAS À INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS | |
| 1. Imposto Sobre Serviços – ISS | % |
| 2. Impostos que incidem sobre o faturamento – PIS | % |
| 3. Impostos que incidem sobre o faturamento – COFINS | % |
| 4. Contribuição previdenciária (se devido) | % |
| Subtotal Tributos (T) | % |

Considerando os percentuais acima e aplicando-se a fórmula abaixo, tem-se

$$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$$

Onde:

AC: taxa de administração central;

S: taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

G: taxa de garantias;

DF: taxa de despesas financeiras.

L: taxa de lucro/remuneração;

T: taxa de incidência de tributos;

| | |
|--|---|
| BDI adotado na proposta (Acórdão TCU-Plenário nº 2622/2013) | % |
|--|---|

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.3

MODELO DE DEMONSTRATIVO DE ENCARGOS SOCIAIS

| | | HORISTA | MENSALISTA |
|-----|---|---------|------------|
| A.1 | Previdência Social (INSS) (SE DEVIDO) | _____ % | _____ % |
| A.2 | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) | _____ % | _____ % |
| A.3 | Salário-Educação | _____ % | _____ % |
| A.4 | Serviço Social da Indústria (Sesi) | _____ % | _____ % |
| A.5 | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) | _____ % | _____ % |
| A.6 | Serviço de Apoio a Pequena e Médio Empresa (Sebrae) | _____ % | _____ % |
| A.7 | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) | _____ % | _____ % |
| A.8 | Seguro contra os acidentes de trabalho (INSS) | _____ % | _____ % |
| A.9 | Seconci - Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário (aplicável a todas as empresas constantes do III grupo da CLT - art. 577) | _____ % | _____ % |
| A | Total dos Encargos Sociais Básicos | _____ % | _____ % |
| | | | |
| B.1 | Repouso semanal e feriados | _____ % | _____ % |
| B.2 | Auxílio-enfermidade | _____ % | _____ % |
| B.3 | Licença-paternidade | _____ % | _____ % |
| B.4 | 13ª Salário | _____ % | _____ % |
| B.5 | Dias de chuva/ faltas justificadas/ acidentes de trabalho/ greves/ falta ou atraso na entrega de materiais ou serviços na obra/ outras | _____ % | _____ % |
| B | Total dos Encargos Sociais que recebem as incidências de A | _____ % | _____ % |
| | | | |
| C.1 | Depósito por despedida injusta (_____) % sobre [A2 + (A2 x B)] *PREENCHER O PERCENTUAL DE ACORDO COM AS NORMAS LEGAIS VIGENTES* | _____ % | _____ % |
| C.2 | Férias (indenizadas) | _____ % | _____ % |

| | | | |
|---|--|------------------------|---------------------|
| C.3 | Aviso prévio (indenizado) | <u> </u> % | <u> </u> % |
| C | Total dos Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de A | <u> </u> % | <u> </u> % |
| D.1 | Reincidência de A sobre B | <u> </u> % | <u> </u> % |
| D.2 | Reincidência de A.2 sobre C.3 | <u> </u> % | <u> </u> % |
| D | Total das Taxas das reincidências | <u> </u> % | <u> </u> % |
| | | | |
| Porcentagem total | | <u> </u> % | <u> </u> % |
| <p>Local, e data.</p> <p>_____</p> <p style="text-align: center;">REPRESENTANTE LEGAL (COM CARIMBO DE IDENTIFICAÇÃO)</p> | | | |

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



SECRETARIA MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Boa Vista, 170/175 – Telefone 3293-8200/3293-8201 – CEP 01014-000 – São Paulo-SP

www.spaguas.sp.gov.br



ANEXO VII – Planilha orçamentária

Serviços referentes a retirada, reparo e preparação da borda, fabricação, transporte (entrega in loco), instalação e testes, envolvendo as Comportas e as Grades da Barragem dos Mottas no Município de Aparecida - SP

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | Preço Unitário (com BDI) | Preço Total - R\$ |
|----------|---|---------|------------|--------------------------|-----------------------|
| 1 | Canteiro de Serviços | | | | |
| 1.1 | Instalação do Canteiro de Serviços (máx. 1,80%) | unidade | 1,00 | 14.131,65 | 14.131,65 |
| 1.2 | Manutenção do Canteiro de Serviços (max. 1,050%) | mês | 4,00 | 8.243,46 | 32.973,84 |
| 1.3 | Desmobilização do Canteiro de Serviços (máx 0,150%) | unidade | 1,00 | 1.177,64 | 1.177,64 |
| | | | | subtotal 1 | 48.283,13 |
| 2 | Remoção das Comportas Deslizantes, Guias de Movimentação e direcionamento das Grades Fixas de Proteção | | | | |
| 2.1 | Retirada e Içamento das Comportas e guias | unidade | 2,00 | 38.052,20 | 76.104,40 |
| 2.2 | Retirada das Grades | unidade | 2,00 | 19.026,10 | 38.052,20 |
| | | | | subtotal 2 | 114.156,60 |
| 3 | Fornecimento de Materiais e Acessórios | | | | |
| 3.1 | Fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de movimentação e direcionamento. | unidade | 2,00 | 202.282,67 | 404.565,34 |
| 3.2 | Fornecimento, e instalação de Grades Fixas de Proteção com os enquadramentos de fixação | unidade | 2,00 | 70.971,73 | 141.943,46 |
| | | | | subtotal 3 | 546.508,80 |
| 4 | Preparação civil do local | | | | |
| 4.1 | Execução de ensecadeira de proteção, com sacos de areia, com fornecimento de areia (dimensões: base = 4,0 m, altura = 3,0 m, topo = 1,0 m, comprimento = 10,0 metros e talude de 1:0,5) | m³ | 165,00 | 574,17 | 94.738,05 |
| 4.2 | Aplicação de argamassa à base de cimento modificada com polímeros (espessura até 3 cm) | m² | 21,00 | 296,73 | 6.231,33 |
| 4.3 | Aplicação de argamassa tipo Dry Pack para reparos localizados | m³ | 2,00 | 11.728,44 | 23.456,88 |
| | | | | subtotal 4 | 124.426,26 |
| | | | | TOTAL | R\$ 833.374,79 |



SECRETARIA MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Boa Vista, 170/175 – Telefone 3293-8200/3293-8201 – CEP 01014-000 – São Paulo-SP

www.spaguas.sp.gov.br

Cronograma Físico-Financeiro

Serviços referentes a retirada, reparo e preparação da borda, fabricação, transporte (entrega in loco), instalação e testes, envolvendo as Comportas e as Grades da Barragem dos Mottas no Município de Aparecida - SP



| Item | Descrição | MESES | | | |
|----------|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 1 | Canteiro de Serviços | | | | |
| 1.1 | Instalação do Canteiro de Serviços (máx. 1,80%) | 14.131,65 | - | - | - |
| 1.2 | Manutenção do Canteiro de Serviços (max. 1,050%) | 8.243,46 | 8.243,46 | 8.243,46 | 8.243,46 |
| 1.3 | Desmobilização do Canteiro de Serviços (máx 0,150%) | - | - | - | 1.177,64 |
| 2 | Remoção das Comportas, guias e grades | | | | |
| 2.1 | Retirada e Içamento das Comportas e guias | 76.104,40 | | | |
| 2.2 | Retirada das Grades | 38.052,20 | | | |
| 3 | Fornecimento de Materiais | | | | |
| 3.1 | Fornecimento, instalação e testes de comportas deslizantes com conjunto de acionamento manual e guias de movimentação e direcionamento. | 101.141,34 | 101.141,34 | 101.141,34 | 101.141,34 |
| 3.2 | Fornecimento, e instalação de Grades Fixas de Proteção com os enquadramentos de fixação | 35.485,87 | 35.485,87 | 35.485,87 | 35.485,87 |
| 4 | Preparação civil do local | | | | |
| 4.1 | Execução de ensecadeira de proteção, com sacos de areia, com fornecimento de areia (dimensões: base = 4,0 m, altura = 3,0 m, topo = 1,0 m, comprimento = 10,0 metros e talude de 1:0,5) | 23.684,51 | 23.684,51 | 23.684,51 | 23.684,52 |
| 4.2 | Aplicação de argamassa à base de cimento modificada com polímeros (espessura até 3 cm) | 1.557,83 | 1.557,83 | 1.557,83 | 1.557,84 |
| 4.3 | Aplicação de argamassa tipo Dry Pack para reparos localizados | 5.864,22 | 5.864,22 | 5.864,22 | 5.864,22 |
| | TOTAL | 304.265,47 | 175.977,22 | 175.977,22 | 177.154,88 |
| | % | 36,51% | 21,12% | 21,12% | 21,26% |
| | Acumulado (R\$) | 304.265,47 | 480.242,69 | 656.219,91 | 833.374,79 |
| | Acumulado (%) | 36,51% | 57,63% | 78,74% | 100,00% |